



BREITENER TAMBAQUI S.A.

CNPJ nº 07.390.807/0001-27

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO (EXERCÍCIO 2023)

A Breitener Tambiqui S.A., com sede em Manaus, AM, na Av. Solimões, 2.453, Distrito Industrial II, é dedicada ao fornecimento de energia para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, operando na modalidade de potência contratada e energia fornecida. Em atendimento às normativas legais e estatutárias vigentes, apresentamos para análise as Demonstrações Financeiras relativas ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2023. O conjunto das demonstrações inclui o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abridante, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

DESTAQUES DO ANO

- Em 2023, a usina Breitener Tambiqui S.A.:
 - Attingiu uma geração líquida média de 61,6 MW, 2,7% acima da geração contratada de 60 MW
 - Aprimorou sua estrutura de governança, com a criação, divulgação e treinamento de normativos internos importantes, dentre os quais destacamos: (i) o Código de Ética, política de Governança Corporativa, (ii) a Diretriz de Contratação, (iii) a Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados, (iv) a Política de Direitos Humanos, (v) a Política de Conflitos de Interesses, (vi) a Política de Sustentabilidade, (vii) Diretriz de Alçadas e Limites de Aprovação, (viii) Regimento Interno do Comitê de Ética e (ix) a aderência à Lei Geral de Proteção de Dados.
 - Na área de Suprimentos, implantou uma forte política de redução dos estoques passando de R\$ 37,6MM no início do exercício para R\$ 30,2MM no seu final. Contribuiu para este resultado: (i) a parceria com a Área Técnica no ajuste fino das necessidades de manutenção; (ii) a sensível redução nos prazos de negociação, aumentando consideravelmente a rotação dos nossos estoques; (iii) redução nos valores finais negociados;
 - Na Área de Recursos Humanos, a Companhia aumentou o foco na ambiência, apoiando a área de ESG, nas ações socioambientais, no incentivo ao voluntariado e eventos de congruamento entre os colaboradores;
 - A Companhia investiu para tornar o seu negócio ainda mais sólido, eficiente e sustentável sob os pontos de vista ambiental, social, segurança e de governança corporativa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2023, a Breitener Tambiqui S.A. superou suas expectativas de produção, alcançando uma média de 61,6 MW em geração líquida, o que representa um aumento de 2,7% em relação ao objetivo contratual de 60 MW. Esse desempenho notável foi fruto de uma abordagem estratégica na operação e manutenção das usinas, que resultou em melhorias significativas nos indicadores de desempenho operacional. A eficácia das operações foi elevada, com a disponibilidade operacional atingindo 91,8% e a confiabilidade das usinas chegando a 95,4%, graças à maior eficiência operacional e à redução nos incidentes de falhas, o que também contribuiu para diminuir em 48% o tempo necessário para reparos nos equipamentos. Além disso, em 2023, a Companhia empreendeu esforços consideráveis na redução de custos operacionais, alcançando uma diminuição de 24,3% em relação ao orçamento previsto.

INDICADORES

A Companhia definiu suas metas corporativas para 2023 com base em 4 pilares: (i) Rentabilidade; (ii) Eficiência; (iii) Sustentabilidade e (iv) Segurança. Abaixo segue resumo dos resultados obtidos durante o ano, de forma consolidada e individualizada:

METAS DE TOPO	PILARES			
	RENTABILIDADE	EFICIÊNCIA	SUSTENTABILIDADE	SEGURANÇA
Geração de Caixa Operacional -GCO-	Disponibilidade Total das Usinas -DISP-	Posicionamento em Sustentabilidade -ESG-	Indicador de Segurança = ZERO -TER-	
Gastos Operacionais Gerenciais -GOG-	Entregas Administrativas -Financeiras -ADM-			
Estoque Final do Exercício -EFE-				

Tabela 1 - Indicadores Tambiqui 2023

INDICADOR	UNIDADE	TAMBAQUI		CONSOLIDADO	
		META	REALIZADO	META	REALIZADO
GCO	RS milhões	60,4	112,3	85,7	192,6
GOG	RS milhões	117,2	86,9	241,5	179,8
DISP	%	89,2	92,7	84,0	92,6
EFE	RS milhões	28,7	29,9	47,1	48,6
ESG	marcos		N/A	8	11
ADM	%		N/A	100,0	107,8
TER	Evento	ZERO	1	ZERO	1

DESEMPENHO DE ESG

No ano de 2023, a Breitener não apenas alcançou um desempenho operacional de destaque, mas também fez investimentos significativos para reforçar a solidez, eficiência e sustentabilidade de seu negócio, considerando aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG). A Companhia colocou as práticas de ESG no centro de suas decisões estratégicas, reforçando seu comprometimento com a gestão responsável em relação ao meio ambiente, à sociedade e à governança. Esse enfoque visa contribuir para o desenvolvimento sustentável e endereçar desafios globais, alinhando-se às melhores práticas do mercado em termos de políticas socioambientais.

Dimensão Ambiental

A Breitener atende rigorosamente às condicionantes ambientais das suas Licenças de Operação emitidas pelo IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, executando e gerindo os seguintes programas ambientais apropriados. A Companhia realizou uma gestão ambiental responsável, comprometida com a proteção do meio ambiente, considerando os impactos (negativos e positivos) ao meio ambiente, ecossistemas e comunidades, adotando práticas de preservação dos recursos naturais, priorizando temas como gestão de resíduos.

- Realização da Semana do Meio Ambiente
- Realização de Plantaio de espécies nativas em áreas próprias
- Apoio ao Projeto de produção de mudas do sistema Onegreen para a gestão de licenças e autorizações, demonstrando um forte compromisso com a conformidade legal e a sustentabilidade.

Dimensão Social

Em 2023, a Companhia trabalhou para continuar desenvolvendo seu negócio de forma segura, justa, inclusiva, cuidando das pessoas e valorizando nosso capital humano. A Breitener conciliou os interesses da Companhia com os valores e demandas da sociedade civil, visando

fomentar o desenvolvimento sustentável impactando positivamente as comunidades do entorno de seus empreendimentos.

A Breitener priorizou seu público interno realizando campanhas preventivas de saúde e segurança e reforçou o seu compromisso com a vida de todos os colaboradores, comunidades e parceiros. Como principais ações, destacam-se:

- Semana do Comportamento Seguro
- Palestra sobre saúde mental
- Rodas de conversas com psicólogos
- Semana da Diversidade e Inclusão
- Dia da Família
- Monitoramento e Gestão de Requisitos Legais.
- Treinamentos Normativos Legais.

A fim de proporcionar um ambiente de trabalho inclusivo, acolhedor e livre de preconceitos, ampliou a discussão sobre Diversidade e introduziu ações para tratar a Diversidade e Inclusão dentro da Companhia, destacando-se a realização de palestras e da Semana da Diversidade.

Foram realizadas ações educativas introduzindo temas relacionados com a Sustentabilidade e a necessidade de contribuírem para a agenda 2030 da ONU - Organização das Nações Unidas, importância do ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Cliente de sua responsabilidade socioambiental, foram realizadas ações de voluntariado e ações sociais que atenderam diretamente cerca de 9 mil pessoas e 27 mil, indiretamente, através das ações realizadas pela própria Companhia com as comunidades do entorno de seus projetos e da parceria com o Instituto Soka da Amazônia apoiando projetos de Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Voluntariado e Expedições às comunidades ribeirinhas.

A Companhia estreitou o relacionamento com público escolar através do Programa Portas Abertas Breitener, promoveu Workshop de Sustentabilidade com seus fornecedores e realizou ações com a comunidade do entorno de nossas Usinas.

Foram realizadas campanhas e ações de engajamento com seus colaboradores como o Dia da Família Breitener, Confraternização de Natal e ações de voluntariado.

Dimensão de Governança

Em 2023, a Companhia revisou Políticas, Procedimentos, Ações e Projetos para garantir que os negócios da Companhia sejam conduzidos com ética, idoneidade, transparência e gerir suas atividades de forma responsável.

Aplicou práticas de governança corporativa, com transparência e divulgação de informações de forma imparcial e igualitária para seus stakeholders e adotou práticas anticorrupção na condução de seus negócios.

A Breitener ampliou seus canais de comunicação a fim de garantir a participação e consulta de todos seus stakeholders (colaboradores, prestadores de serviços, parceiros de negócio e comunidades) e manteve um relacionamento transparente, com credibilidade e ética perante todas as partes interessadas.

Aprimorou sua governança corporativa criando o Comitê de Sustentabilidade e fortalecendo o Comitê de Ética, além de realizar um processo educativo dentro da companhia tratando temas sensíveis relacionados à Ética envolvendo todos os seus colaboradores.

A Breitener atuou sobre os mais rígidos limites de Compliance, em conformidade com todas as leis vigentes no país, normas regulamentadoras e políticas internas.

Considerou em suas estratégias de negócios ações que visem contribuir para o alcance dos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), aderindo às práticas norteadoras do Pacto Global da ONU e definiu ODS Estratégicos, são eles:

- ODS 3 - Saúde e Bem-estar
- ODS 4 - Educação de Qualidade
- ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 10 - Redução das desigualdades
- ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

A Companhia realizou uma avaliação com uma Organização Internacional GRESB para avaliar o desempenho ESG com o objetivo de melhorar a inteligência de negócios, a tomada de decisões e a governança.

A Breitener desenvolveu uma estratégia de Comunicação interna e externa, reconhecendo a necessidade e importância de se comunicar com seus públicos de interesse.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Ao longo de 2023, a Companhia apresentou resultados notáveis em seu desempenho financeiro, reflexo de uma estratégia coesa e de uma administração eficiente dos recursos. Registramos uma receita líquida de R\$ 36.223 mil. . Os custos operacionais foram gerenciados com eficácia, resultando em uma economia notável de 24,3% em comparação com o orçamento para o ano. Esse desempenho é fruto da otimização de processos, da redução de despesas e da melhoria contínua dos procedimentos, alinhando-se ao nosso compromisso com a responsabilidade financeira e o controle de gastos.

Resalta-se que, mesmo diante dos desafios econômicos e das expectativas dos acionistas, conseguimos preservar a estabilidade financeira da Companhia, o que demonstra a eficácia das estratégias adotadas pela nossa gestão.

Nesse contexto, em 17 de abril de 2023, a Breitener Energética S.A., única acionista da Companhia, realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, do espécie com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, no valor total de R\$ 73.000.000,00, a uma taxa de remuneração DI + 3,5000% e vencimento em 17 de dezembro de 2024. A emissão das debêntures está alinhada com a estratégia do grupo, tendo como finalidade fins gerais corporativos, incluindo capital de giro e reforço de caixa.

Devido a essa nova dívida, o grupo Breitener constituiu garantias em favor do atual e único debenturista, o Santander, as quais só podem ser liberadas conforme requerimentos previstos na escritura de emissão.

CONCLUSÃO

No decorrer de 2023, a usina não só cumpriu integralmente seu contrato de fornecimento de energia, mas também superou a meta de geração em 2,7%, evidenciando um desempenho financeiro superior ao antecipado. Esse sucesso se deve, em grande parte, ao ajuste contratual programado, à modernização das instalações com a substituição de três motores, ao compromisso contínuo com a redução de custos e à produção adicional. É imperativo destacar que, alinhada à diretriz primordial de seus acionistas e gestores, a companhia mantém o firme propósito de priorizar a vida acima de tudo, sustentando um registro de zero acidentes. Esse compromisso com a segurança e o bem-estar não apenas reflete a responsabilidade corporativa, mas também reforça a confiança e a sustentabilidade no âmbito operacional.

DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Breitener Tambiqui S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Breitener Tambiqui S.A.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e nosso ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações.

Todas as informações relevantes ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Manaus/AM, 28 de março de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		Nota	2023	31.12.2022
		2023	31.12.2022			
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.100	28.367			
Contas a receber, líquidas	7.1	138.594	145.525			
Estoque	8	30.153	37.572			
IR e CSLL	13	14.828	14.145			
Impostos e contribuições	13	4.519	1.416			
Adiantamento a fornecedores		2.139	1.460			
Outros		393	-			
		193.726	228.485			
Não circulante						
Contas a receber, líquidas	7.1	82.174	194.401			
Mútuo com partes relacionadas	11	47.901	-			
Imposto de renda e contribuição social	13	20.488	30.315			
A Imposto e contribuições	13	86.296	87.972			
Prêmio de seguros		2.728	-			
		239.587	312.688			
Imobilizado						
		482	482			
		2240.069	313.170			
Total do ativo		433.795	541.655			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	9.1	5.764	8.728			
Passivo de arrendamento	10	22.111	22.016			
Imposto de renda e contribuição social	13	15.776	24.202			
Impostos e contribuições	13	5.089	5.126			
Salários, férias, encargos e participações		5.332	6.371			
Provisão para gastos de P&D		5.142	3.775			
Dividendos e juros sobre capital próprio		139	174			
Outras contas e despesas a pagar		59.353	70.392			
Não circulante						
Passivo de arrendamento	10	10.793	31.866			
Imposto de renda e contribuição social dif.	13	40.895	64.570			
Contas a pagar de aquisição	9.2	22.566	14.664			
Provisão para processos judiciais e admim.	20.1	35	23.696			
Fornecedores - LP	9.1	2.309	-			
Outras contas e despesas a pagar		54	5.419			
		76.652	140.214			
		136.005	210.607			
Patrimônio líquido						
Capital social	14.1	279.445	279.445			
Reservas de lucros	14.1	41.615	80.253			
Prejuízos acumulados	14.1	(23.270)	(28.650)			
		297.790	331.048			
Total do passivo e PL		416.652	541.655			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	
		2023	31.12.2022
Receita de serviços	15	36.223	46.402
Custo dos serviços	16.1	(60.094)	(73.875)
Prejuízo bruto		(23.871)	(27.473)
Receitas (Despesas) operacionais			
Vendas	16.2	-	(1.080)
Gerais e administrativas	16.3	(2.671)	(2.269)
Tributárias	16.4	(1.323)	(1.668)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	17	26.940	(57.458)
		22.945	(62.475)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(926)	(89.948)
Resultado financeiro líquido		(6.765)	59.897
Receitas financeiras	18	22.693	55.958
Despesas financeiras	18	(30.335)	(4.272)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	18	877	8.211
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(7.691)	(30.051)
Imposto de renda e contribuição social		13.071	(10.845)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.380	(40.896)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em RS)		0,02	(0,15)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	
		2023	31.12.2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.380	-
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Resultado abrangente total		5.380	(40.896)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BREITENER TAMBAQUI S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital subscrito e integralizado	Legal	Reserva de lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	279.445	12.965	33.560	91.849	12.246	430.065
Prejuízo do exercício (Reapresentado)	-	-	-	-	(40.896)	(40.896)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(58.121)	-	(58.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	279.445	12.965	33.560	33.728	(28.650)	331.048
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.380	5.380
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(4.910)	(33.728)	-	(38.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	279.445	12.965	28.650	-	(23.270)	297.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Breitener Tambaquí S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de maio de 2005, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada pela Breitener Energética S.A., e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termelétrica, com potência de 60MW na cidade de Manaus, Amazonas. A data do início da operação comercial foi 12 de janeiro de 2006. A Companhia tem a mesma duração das suas obrigações contratuais, relacionadas ao fornecimento de energia elétrica. Em agosto de 2021, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras, assinou contrato para a venda da totalidade de sua participação acionária de 93,66% na Breitener Tambaquí S.A., localizada no Estado do Amazonas, além das participações remanescentes até 100%, para a Breitener Holding Participações S.A., subsidiária integral da Celba Energia LP. **Contrato de fornecimento de energia:** Em 4 de maio de 2005, a sua controladora Breitener Energética S.A. firmou contrato de fornecimento de energia com a Amazonia Distribuidora de Energia S.A. - AME (antiga Manaus Energia S.A.). Este contrato, cujo objeto é o suprimento de energia elétrica à região norte do País, tem vigência de 20 anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M. Os direitos e obrigações desse contrato foram cedidos à Companhia. As cláusulas contratuais estabelecem a disponibilização mensal para o consumo de 60 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica à AME-GT; que a operação e manutenção da planta termelétrica seja efetuada pela Companhia; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou heat rate será ressarcido pela Amazonas Energia, descontado do incentivo recebido pela CC-C-ISOL - Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados. Para iniciar a operação, a Companhia alugou da Breitener Energética S.A. os motores geradores de Maracanã/CE e assumiu os custos de transporte e instalação, dentre outros. O contrato de arrendamento com a AME-GT prevê ainda que o conjunto de planta termelétrica, movida a óleo e a gás, será revertido para o patrimônio da AME-GT sem qualquer indenização devida, findo o prazo de vigência contratual em maio de 2025. Em dezembro de 2018 o controle da AME relativo à parte de todas as partes envolvidas, bem como a autorização da ANEEL, e de outras entidades reguladoras, levando em conta os diversos aspectos regulatórios e competitivos. Em 10 de fevereiro de 2023, a direção da Breitener confirmou o recebimento das propostas e manifestou o desejo de avançar nas negociações para a conclusão amigável dos contratos. Esse entendimento inicial foi submetido à ANEEL para a devida validação e permanece em avaliação até o momento da emissão destas demonstrações financeiras em 2023, sob o risco de não ser aprovado. **1.1. Destaques dos exercícios de 2023 e 2023: 1.1.1. Ajuste contábil do contas a pagar com a Petrobras:** Em 21 de dezembro de 2023, a Breitener depositou uma quantia de R\$ 56 milhões para Breitener Holding, a título de reembolso de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social provenientes da competência deste mesmo ano, e devidos pelas empresas operacionais do grupo Breitener Jaraguá e Breitener Jaraguá. Deste modo, Breitener Holding transferiu valor integral recebido para sua empresa controlada, Breitener Energética, que por sua vez repassou a mesma quantia para suas empresas controladas com acréscimo de R\$ 3 milhões, de modo a antecipar a parcela da dívida devida pelos antigos acionistas minoritários da Breitener Energética, e que até aquele momento não havia realizado a transferência. Breitener Tambaquí e Breitener Jaraguá realizaram a quitação destes referidos passivos tributários. No caso da Tambaquí, o valor foi de R\$ 14.664. As recuperações do IRPJ e da CSLL das empresas operacionais do grupo Breitener ocorreram em data posterior à operação de compra e venda das ações da Breitener Energética, e o fato que deu origem a uma recuperação destes tributos foi registrado na contabilidade de maneira retroativa ao dia 07 de abril de 2021, data do acordo judicial entre as empresas Breitener Tambaquí e Breitener Jaraguá com a Amazonia Energia e Eletrobras (responsável solidária) de valores de reembolso de crédito relacionados ao CC-C-ISOL. Posteriormente, foi celebrado Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) entre Breitener Tambaquí e Breitener Jaraguá com sua então controladora indireta, Petrobras, que resultou no reconhecimento de montante de R\$ 103 milhões no resultado da Breitener Tambaquí. Os valores recalculados e pagos pela Petrobras a minoritários, de IRPJ e CSLL, também geraram créditos tributários (pagamentos indevidos a maior), que no caso da Tambaquí foi no valor de R\$ 14.664, pelos quais a Companhia gerou pedidos de restituição (Perdcons) em março de 2022. Os recebimentos das restituições destes tributos pela Receita Federal do Brasil serão repassados a Petrobras conforme acordo comercial entre as empresas Petrobras (vendedora) e Breitener Jaraguá. Logo, a Companhia reconheceu os créditos fiscais reconhecidos no Ativo Circulante para o Não Circulante e reconheceu provisão de outros contas a pagar no Passivo Não Circulante contra a conta de Reserva de Lucros. **1.1.2. Ajuste do IRPJ e da CSLL corrente e diferido:** A cia revisou as apurações do IRPJ e da CSLL e reconheceu na base destes tributos o efeito da exclusão temporária das despesas com aquisição de ativos novos e antigos (na construção das Usinas), conforme o que preconiza o artigo 16 e 49 da Lei 12.973/14, que não foram aproveitadas nas apurações da Companhia entre o período de novembro de 2021 a dezembro de 2022. O impacto fiscal resultou em ajuste contábil que foi realizado no resultado do ano de 2023, o que reduziu a despesa de IRPJ e CSLL da Companhia em R\$ 20 milhões e demais efeitos nas despesas do IRPJ e da CSLL diferidos. **1.1.3. Reversão da Provisão de Contingência do CC-C-ISOL:** Em 2022, a Companhia realizou provisão de contingência de débitos relacionados a conta CC-C-ISOL, em função do processo administrativo nº 48500.004046-2012-35, instaurado em 09/07/2012 pela fiscalização da ANEEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CC-C-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobras e aprovados pela ANEEL. Com relação especificamente à Breitener, a ANEEL concluiu pela obrigatoriedade de devolução do valor referente à quantidade de combustível que excedeu os limites do consumo eficiente, na seguinte proporção: 6.115 mil quilogramas de Óleo OCEA e I e PGE pela Breitener Jaraguá e proporção 10,721 mil quilogramas pela Breitener Tambaquí. Os valores recebidos por transferência bancária foram reconhecidos pela Breitener Tambaquí. Diante do caráter definitivo, no dia 23 de janeiro de 2023, a Breitener requereu o adiantamento do pedido de reconstrução quanto à decisão de mérito, contudo, tal pedido não foi deferido pela Diretoria da ANEEL. A Breitener Tambaquí, no ano de 2022, efetuou a avaliação da causa jurto ao jurídico e a Companhia entendeu que praticamente não havia chance de reversão do resultado, considerando que a fase de apuração da quantidade de combustíveis havia sido superada, após todas as manifestações e documentos apresentados, pôde-se concluir que, enquanto não proferida decisão judicial com eficácia imediata, suscita ou interfere no resultado do processo administrativo 48500.005531/2016-50, a Companhia entendeu ser adequada a constituição de passivo em face da Breitener. A última apuração da ANEEL indica o montante de R\$ 75.426 para a Tambaquí com risco de perda

possível, e R\$ 23.510 como provável, tendo sido efetuada a respectiva provisão em dezembro de 2022. A Breitener Tambaquí obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (agravo de instrumento de n. 1030367-19.2023.4.01.0000), a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos. Em decorrência do exposto, o escritório de advocacia que patrocina a causa, Nunes Fernandes Advogados e Associados, em novembro de 2023, alterou o prognóstico da causa para possível tendo como argumento que eventual ação judicial, com o objetivo de discussão do mérito da cobrança, possui chance de êxito favorável para a Companhia. Desta forma, a Companhia reverteu em dezembro de 2023 a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R\$ 23.660. **1.1.4. Perda de dívida com a Portocem:** Ao longo do ano de 2023, a construção da Usina Termelétrica da Portocem Geração de Energia S.A., financiada pelos empréstimos de mútuo das empresas do grupo Breitener (Breitener Tambaquí realizou empréstimos de mútuo no valor de R\$ 28 milhões), foi paralisada em função da retirada do fornecedor de gás GNL, a Shell Gas & Power Development B.V. pelo encerramento do acordo comercial de preferência de compra e venda de suprimento de gás. O contrato de suprimento de gás era vital para o empreendimento, e devido a guerra da Ucrânia, o mercado global de gás GNL foi afetado de forma sensível, o que justificou o avanço deste contrato, e a busca por outros fornecedores com preços e condições compatíveis ao projeto, o que tornou inviável a sua continuidade no projeto. Deste modo, por meio dos seus acionistas e administradores, foi realizada operação de troca de 100% das ações da Portocem com montante de ações preferências de outro player de mercado, a Companhia New Fortress Energy - NFE, que possui condições operacionais de dar continuidade ao CRCAP (Contrato de Reserva de Capacidade de Potência - 1.572 MW) por meio de seus Terminals operacionais e pré-operacionais (Barcarena e Terminal Sul "TGS"). Com a operação firmada da venda da Portocem os acionistas do grupo Breitener tomaram decisão estratégica de perdurar a dívida da Portocem com as empresas do grupo. Os valores registrados no ativo das empresas do grupo Breitener foram baixados e reconhecidos ao resultado na rubrica de outras despesas financeiras, conforme pode ser observado na nota 17, e adicionadas para fins de apuração do IRPJ e da CSLL do ano de 2023.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são apresentadas nas respectivas notas explicativas. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. **2.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras:** Os ajustes refletidos nesta nota de reapresentação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023, que está contextualizada na NE 1.1.1, e demonstrado nos quadros abaixo, conforme descrição a seguir: O item (i) demonstra a reclassificação contábil entre contas de ativo de tributos a recuperar do IRPJ e da CSLL do Curto Prazo para o Longo Prazo, no valor de R\$ 14.664, composto por pedidos de restituição com a Receita Federal do Brasil, cujo a Companhia possui a obrigação contratual de repassar os valores recebidos para a Petrobras. Por este motivo, a Companhia realizou provisão de contas a pagar com a Petrobras, no mesmo valor, contra a conta de Patrimônio Líquido (Prejuízos acumulados). Também neste item, é demonstrado a reversão do aumento de capital, não deliberado pela administração da Companhia, contra conta de Prejuízos Acumulados. Os itens (ii), (iii), (iv) e (v) demonstram o reflexo da provisão constituída no resultado reapresentado da Companhia no ano de 2022.

(i) Balanço Patrimonial:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Ativo			
Imposto de renda e contribuição social	218.809	(14.664)	204.145
Outros	214.340	-	214.340
Total circulante	243.149	(14.664)	228.485
Imposto de renda e contribuição social	40.351	14.664	55.015
Outros	282.856	-	282.856
Total não circulante	298.506	14.664	313.170
Total circulante	541.655	-	541.655
Originalmente apresentado	31/12/2022	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Outros	70.393	-	70.393
Total circulante	70.393	-	70.393
Contas a pagar de aquisição	-	14.664	14.664
Outros	125.550	-	125.550
Total não circulante	125.550	14.664	140.214
Capital social	291.691	(12.246)	279.445
Reservas de lucros	54.021	26.232	80.253
Prejuízos acumulados	-	(28.650)	(28.650)
Total no PL	315.711	(14.664)	301.048
Total	511.655	-	511.655

(ii) Demonstração do resultado:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(42.795)	(14.664)	(57.459)
Outros	16.563	-	16.563
Prejuízo do exercício	(26.232)	(14.664)	(40.896)

(iv) Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(26.232)	(14.664)	(40.896)
Resultado abrangente total	(26.232)	(14.664)	(40.896)

(v) Demonstração dos fluxos de caixa:

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	430.065	-	430.065
Prejuízo do exercício	(26.232)	(14.664)	(40.896)
Dividendos pagos	(58.121)	-	(58.121)
Total do patrimônio líquido	345.712	(14.664)	331.048

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(26.232)	(14.664)	(40.896)
Outros passivos	7.610	14.664	22.274
Outros	(10.176)	-	(10.176)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(28.798)	-	(28.798)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2022	2023	2022
	Reapresentado	Reapresentado	Nota 2.2
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.380	(40.896)	
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Perdas de créditos - PCE	7,3	(6.143)	(212)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	-	(9.313)	(33.201)
Receita de juros com partes relacionadas	11,2	(733)	-
Perda de dívida com partes relacionadas	11,2	28.740	-
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos	13,1	(23.674)	(9.422)
Reversão para perdas com processos judiciais e administrativos	19,1	(23.660)	24.298
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber	-	6.291	(14.321)
Contas a Receber - Arrendamento	10,1	19.125	132.47
Estoques	-	7.419	23.609
Outros Ativos	-	(3.743)	2.757
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores	-	(654)	(9.627)
Outros passivos	-	186	1.272
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(8.812)	(15.980)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	111,702	(10.805)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Mútuo com partes relacionadas	11,2	(75.929)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	(75.929)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	14,3	(38.638)	(88.737)
Amortizações de arrendamento	10,1	(22.401)	(21.066)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(61.039)	(109.803)
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.367	57.345	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3,100	28.367	
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(25.267)	(28.978)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As notas que apresentam políticas contábeis materiais são: **Notas Explicativas:** 6. Caixa e equivalentes de caixa; 7. Contas a receber; 8. Estoques; 9. Fornecedores; 10. Arrendamento mercantil; 11. Partes Relacionadas; 13. Tributos correntes; 14.3. Dividendos e juros sobre capital próprio; 15. Receita de serviços; 16. Custos e Despesas por natureza; e 19. Processos judiciais e contenciosas. **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro ou passivo financeiro. **Notas Explicativas:** 6. Caixa e equivalentes de caixa; 7. Contas a receber; 8. Estoques; 9. Fornecedores; 10. Arrendamento mercantil; 11. Partes Relacionadas; 13. Tributos correntes; 14.3. Dividendos e juros sobre capital próprio; 15. Receita de serviços; 16. Custos e Despesas por natureza; e 19. Processos judiciais e contenciosas. **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro ou passivo financeiro. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não seja classificados como mensurados ao custo amortizado, o valor justo do ativo financeiro, transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados, ou reduzidos. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros da Companhia são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base total: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: "Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais". Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.2. Passivos Financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, reduzidos, ou aumentados, esse valor. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contenciosas:** A Companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, noutra jurisdição, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contenciosas são apresentadas na nota explicativa 19. **4.2. Tributos diferidos sobre o lucro:** A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentadas na nota explicativa 13. **4.3. Perdas de crédito esperadas:** A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis e legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. **4.5. Arrendamento:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a Eletronorte, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento no arrendamento mercantil e suas parcelas são corrigidas pela variação do

BREITENER TAMBAQUI S.A.

Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, conforme fluxo do arrendamento efetuado pela Companhia, o qual possui reajuste anual em novembro, estabelecido em cláusula contratual. O contrato possui vencimento em maio de 2025. A Companhia possui contrato de fornecimento de energia com a Amazona: Geração e Transmissão de Energia S.A. (AME-GT) que contém um arrendamento financeiro, onde a Companhia atua como arrendadora de uma usina termoeletrica, o contrato prevê parcelas mensais relacionadas a operação e Manutenção ("O&M") e disponibilização de potência. Adicionalmente, a Companhia, por força de acordo contratual, é obrigada a entregar no final do contrato de fornecimento de energia e arrendamento, em maio de 2025, a planta térmica em plenas condições de uso e de geração de energia. A Companhia efetua análise do arrendamento financeiro em que ela é arrendadora e arrendatária do bem, onde é feita a estimativa dos valores a serem pagos e recebidos, de acordo com o prazo do arrendamento, mensurando os valores de cada parcela, atualizadas pelo IGP-M, além dos reajustes anuais contratuais previstos.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às International Financial Reporting Standards (IFRS), tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As emendas das IFRS, conforme NE 3 – Sumário das principais práticas contábeis, que estão em linha com as divulgações não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2023. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que entraram em vigor e aqueles que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: a) Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais"; A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. – Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. – Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como também a reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Os normativos que entraram em vigor dentro do exercício de 2023 foram avaliados pela Companhia e não geram impacto de divulgação ou impacto material nas Demonstrações Financeiras A seguinte alteração de norma, foi emitida pelo IASB, mas não entrou em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). – **Alteração ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: convênios), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob convênios somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente convênios com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob convênios somente após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Quanto ao normativo que ainda não entrou em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foi identificado impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Banco conta corrente	10	6.399
Aplicações financeiras (i)	3.030	21.968
Total	3.100	28.367

(i) São aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até 12 meses, e com baixo risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras estão concentradas em CDB e compromissada, com remuneração entre 85 a 100% (60 a 70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. CONTAS A RECEBER

7.1. Contas a receber, líquidas:

	2023	2022
Recebeíveis de contratos com clientes		
Tercários		
Operação e manutenção (b)	8.423	8.521
Liquidação financeira - CCEE (c)		2.950
Reembolso de encargos e recebíveis (d)	4.816	8.947
Outras	1	1
Subtotal	13.240	20.418
Outras contas a receber		
Arrendamento financeiro (a)	192.933	311.887
Partes Relacionadas (f)	14.595	13.764
Subtotal	207.528	325.651
Total do contas a receber	220.768	346.069
Perdas de crédito esperada - PCE (e)	(6.143)	(6.143)
Total do contas a receber, líquidas	214.625	339.926
Circulante	138.594	145.525
Não circulante	82.174	194.401

a) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles): Decorre da parcela de disponibilização de capacidade do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado entre a Breitener Tambiqui com a Eletro-norte, atual arrendatária. **b) Operação e manutenção:** Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica com a arrendatária. **c) Liquidação financeira - CCEE:** Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o qual está totalmente provisionado na PCE em 31 de dezembro de 2023. **d) Reembolso de encargos e recebíveis:** Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente às parcelas remanescentes de notas fiscais de potência. **e) Perdas de crédito esperadas - PCE:** Em 31 de dezembro de 2023 foi realizado o estorno de recebíveis de 2023 pelos seguintes adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Quanto ao normativo que ainda não entrou em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foi identificado impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

7.2. Aging do contas a receber - Tercários:

	2023	2022
Contas a receber	220.587	339.926
PCE	-	-
Total	220.587	339.926
A vencer		
Vencidos:		
De 1 a 3 meses	-	-
De 3 a 6 meses	181	-
De 6 a 12 meses	-	484 (484)
Acima de 12 meses	5.659	(5.659)
Total	220.768	346.069 (6.143)

7.3. Movimentação das perdas crédito esperadas - PCE:

	2023	2022
Saldo inicial	(6.143)	11.711
Adições	-	1.080
Reversões	-	(1.109)
Baixas	6.143	(5.539)
Saldo final	-	6.143

A movimentação da PCE em 2023 reflete, principalmente, a baixa dos valores constituídos pela Petróbras em setembro/2021 para ajustar o saldo do contas a receber, os quais não tem expectativa de recebimentos. A movimentação da PCE em 2022 reflete, principalmente, a reversão do depósito judicial de R\$ 1.109 e da baixa dos valores referentes ao processo que a Companhia e a Breitener Jaraguá S.A. possuem contra a Amazona Energia - AME e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pleiteando a anulação das notas de potência entre 2018 e 2019, o qual teve seu desfecho desfavorável a Companhia em 09 de fevereiro de 2023. **Prática contábil:** Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida total). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

8. ESTOQUES

	2023	2022
Peças de manutenção	30.153	37.572
Total	30.153	37.572

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AME-GT. O custo das peças é registrado no resultado do exercício mediante sua utilização. **Prática contábil:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção. Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição. Os estoques incluem as importações em andamento, sendo demonstrados ao custo de aquisição.

9. CONTAS A PAGAR

	2023	2022
9.1. Fornecedores:		
Tercários no País	5.764	7.317
Partes relacionadas (i) (NE 12.1)	-	1.411
Total do circulante	5.764	8.728
Tercários no País	2.309	-
Total do não circulante	2.309	-
Total	8.073	8.728

Prática contábil: Os fornecedores estão relacionados às compras de materiais e suprimentos, pagamentos de seguros e aquisição de serviços diversos. Nas compras efetuadas por meio de faturas emitidas por clientes do exterior, tendo como principal fornecedor da Companhia, a Inio Jendacher GmbH & CO OG, os materiais passam pela conversão da moeda estrangeira para o Real na data do pagamento da referência invoice, além de sofrer os gastos com despesas aduaneiras, além do pagamento da taxa Siscomex, que é um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, além do frete. Quando se faz necessária a troca de alguma mercadoria internacional adquirida com defeito, os contratos prevêm que a Companhia será responsável apenas pela despesa acessória, sendo o frete, entretanto os demais gastos são cobertos pela garantia do fornecedor.

	Saldo em 2022	Provisão	Reversão	Saldo em 2023
9.2. Contas a pagar de impostos:				
Reprocessamento de impostos (i)	14.664	-	-	14.664
Reembolso CCE (ii)	-	5.308	-	5.308
Atualização de impostos (iii)	-	2.594	-	2.594
Total	14.664	7.902	-	22.566

(i) Valor do reconhecimento do passivo com a Petróbras referente ao reprocessamento de impostos ocorridos em 2021 e que não constam no contrato de compra e venda (SPA), vide nota 1.1.1. (ii) Reembolsos recebidos em 2022 referentes aos valores de CCE de períodos anteriores e que não constam no contrato de compra e venda (SPA). (iii) Atualização do item (i).

10. ARRENDAMENTO

10.1. Recebimentos/pagamentos mínimos de arrendamento financeiro: Os recebimentos e pagamentos mínimos de arrendamento financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles) estão descritos a seguir:

	Recebimentos			Pagamentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
Compromisso estimado	133.262	(15.332)	117.930	22.498	(739)	21.758
2023	77.736	(2.734)	75.002	11.249	(103)	11.145
Em 31 de dezembro 2023	210.999	(18.066)	192.933	37.496	(843)	32.904
Circulante			125.355			22.111
Não circulante			67.578			10.793
Em 31 de dezembro 2023			192.933			32.904
Circulante			120.734			20.757
Não circulante			257.303			50.142
Em 31 de dezembro 2022			378.037			70.899

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como ativo está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Circulante e não circulante		
Saldo inicial	311.877	378.037
Recebimentos	(139.122)	(132.477)
Juros incidido	28.500	38.998
Renúnciação do contrato (i)	(8.332)	27.928
Em 31 de dezembro 2023	192.933	311.877

(i) Em novembro de 2023 ocorreu a renúnciação do fluxo do arrendamento, conforme cláusula contratual, atualizado pelo IGP-M. A renúnciação do contrato do arrendamento ativo com a Eletro-norte que ocorre anualmente em novembro de cada ano corrente impactou o contas a receber, em contrapartida a receita financeira de juros no total de R\$ (8.332) em 2023 e R\$ 27.928 em 2022. A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Circulante e não circulante		
Saldo inicial	53.852	70.889
Pagamentos	(22.401)	(21.066)
Juros incididos	1.423	1.978
Renúnciação parcelas em aberto (i)	-	2.051
Em 31 de dezembro 2023	32.904	53.882

Conforme estipulado em cláusula contratual do aluguel da planta entre a Breitener Tambiqui e sua controladora, Breitener Energética, vide nota explicativa 1, anualmente em dezembro é efetuada a renúnciação das parcelas a vencer do contrato, com base no IGP-M. **Prática contábil:** Os arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a Eletro-norte, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente. Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia segue uma política que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Esta política orienta na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios: • Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado; • Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia; • Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia; • Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros; • Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

11.1. Transações com partes relacionadas

	2023	2022
Ativo		
Não circulante		
Mútuo	47.901	47.901
Reembolso da Petróbras	(14.596)	14.596
Total	32.904	62.497
Passivo		
Circulante		
Arrendamento financeiro (NE 10)	22.111	22.111
Não circulante		
Arrendamento financeiro (NE 10)	10.793	10.793
Petróbras	(19.971)	19.971
Total	32.904	52.875
Resultado		
Portocem		
2023		
2022		
Resultado de arrendamento mercantil financeiro	(1.423)	(1.423)
Receta de juros	733	733
Perda de dívida	(28.761)	(28.761)
Total	(28.028)	(29.451)

11.2. Mapa de movimentação dos mútuos:

	Saldo em 31/12/22	Mútuo	Juros	Perda de dívida	Saldo em 31/12/23
Ativo não circulante					
Portocem Geração de Energia S/A	-	28.028	733	(28.761)	0
Breitener Energética S/A	-	47.901	-	-	47.901
Total		75.929	733	(28.761)	47.901

11.3. Remuneração da administração da Remuneração da administração: O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes. As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais da Breitener Tambiqui, relativos aos meses de dezembro de 2023 e 2022 foram as seguintes:

	2023	2022
Conselho de Administração	3	3
Número de membros	3	3
remunerados	-	-
Controlador Breitener Holding e Participações S.A.	-	-
Número de membros	-	-
remunerados	-	-

Os conselheiros eleitos pela Breitener, pos-gestão Petróbras, renunciaram a suas respectivas remunerações pela participação no conselho de administração da Companhia, conforme declarado em cartas de renúncia datadas de 22 de novembro de 2023. **12. Benefícios concedidos a empregados:** 12.1. Remuneração variável: Para o exercício de 2023, a administração da Companhia aprovou o reconhecimento de provisão de benefícios relativos a "PLR" Participação de lucros no resultado de R\$ 588 (R\$ 717 em 2022) e "PPP" Prêmio por performance para seus empregados de R\$ 1.722 (R\$ 2.272 em 2022).

13. TRIBUTOS CORRENTES

Imposto de renda e contribuição:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante
2023			
2022			
Reapresentado			
2023			
2022			
Reapresentado			
2023			
2022			

Imposto de renda 10.993 11.122 11.576 18.508 11.569 17.797
Contribuição social 3.834 3.023 8.912 11.807 4.207 6.405

Os Valores de IRLP e CSL registrados no Ativo não Circulante, são provenientes do registro de Perdscoms (Pedidos de Restituição), em sua maior parte, conforme descrito na NE 1.1.1. no valor somado de R\$ 14 milhões de reais, e a diferença registrada no controle de Perdscoms do SPA. Os valores recebidos pela Companhia dos Pedidos de Restituição pela Receita Federal do Brasil serão repassados para a Petróbras. A Legislação Tributária prevê prazo de 5 anos para que a Receita Federal do Brasil realize o pagamento ou a não homologação.

	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante
2023			
2022			
2023			
2022			
2023			
2022			

(i) Até dezembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a Companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN IRF nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidas à base de cálculo do PIS e do COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a Companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. (ii) Os valores decorrem, principalmente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização da planta industrial da Companhia. (iii) Referem-se ao PIS e COFINS decorrentes de ganho de processo judicial em 2022 relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a

BREITENER TAMBAQUI S.A.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante:

a) Movimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	Arrendamento mercantil financeiro					Total
	Imobilizado	Contas a receber	Contas a pagar	Prejuízos fiscais	Outros	
Em 31 de dezembro de 2021	10.016	(121.281)	24.106	14.845	(1.699)	(74.012)
Reconhecido no resultado do exercício	(91)	24.022	(5.786)	(8.702)	-	9.443
Em 31 de dezembro de 2022	9.925	(97.259)	18.320	6.143	(1.699)	(67.340)
Reconhecido no resultado do exercício	(5.632)	40.561	(7.133)	(4.120)	-	23.674
Em 31 de dezembro de 2023	4.293	(56.698)	11.187	2.023	(1.699)	(40.893)

Impostos diferidos ativos

Em 31 de dezembro de 2021	(42.917)
Em 31 de dezembro de 2023	(40.894)

A Companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social diferidos observando o limite a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da Companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros. **b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de outubro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2024	1.428	(30.294)
2025	595	(12.623)
	2.023	(42.917)

Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas nos meses que estão relacionados a itens diretamente relacionados aos resultados obtidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas da adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% de lucro tributável (lucro real) do exercício. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contábil o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os passivos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro líquidos pela mesma autoridade tributária, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social realizado: Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 279.445 mil (em 2022 R\$ 279.445 mil, conforme valores reapresentados), representado por 279.445 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **14.2. Reservas de lucros:** **a) Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ajustado, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **14.3. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Em 2023, a Breitener Tambiqui efetuou o pagamento de R\$ 35.638 para sua única acionista e controladora, a Breitener Energética. Os acionistas têm direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações de que se dividir o capital da Companhia. A Companhia operou no exercício de 2023 com prejuízo, portanto, não há proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Prática contábil:** A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

14.4. Resultado por ação:

	2023	2022
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Tambiqui	5.380	(40.896)
Quantidade de ações	279.445,068	279.446,068
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,02	(0,15)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

15. RECEITA DE SERVIÇOS

	2023	2022
Receita bruta de serviços - O&M	2023	2022
Receita bruta de serviços - O&M	50.404	59.424
Deduções da receita:		
ICMS	(10.486)	(9.193)
PIS	(659)	(683)
COFINS	(3.036)	(3.146)
Total da receita líquida	36.223	46.402

A redução do reajuste contratual, atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGPM-M) em 3,46%, além do aumento do estado do Amazonas ter aumentado a alíquota de 18% para 20% no mês de abril de 2022. **Prática contábil:** A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços. A receita de operação e manutenção é reconhecida com base no custo de fornecimento de energia, o qual é faturado de acordo com as medições mensais. As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

16.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2023	2022
Materiais e combustíveis	(22.995)	(31.529)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(11.720)	(12.720)
Gastos com pessoal	(25.379)	(29.626)
Total	(60.094)	(73.875)

Prática contábil: Os custos da Breitener Tambiqui em 2023 relacionados a materiais e combustíveis, se referem aos materiais e suprimentos baixados do estoque para consumo, seja para a operação ou manutenção da usina, como, por exemplo, peças e óleo combustível. A saída do material do estoque é contabilizada por meio do custo médio, tendo em vista as diversas entradas no estoque que a Companhia possui, com diferentes preços de aquisição e datas distintas. O custo com pessoal é contabilizado por meio das folhas de pagamento, guias de depósito e demais informações necessárias atreladas aos funcionários da Companhia. Os serviços, fretes, aluguéis e outros da Tambiqui são contabilizados em contrapartida ao caixa ou fornecedores, sendo eles referentes a serviços de reparação, manutenção e instalação de equipamentos, consultoria relacionada a operação, taxas portuárias, licenças e condicionantes ambientais, entre outros.

16.2. Despesas de vendas:

	2023	2022
Reversão (constituição) de perdas de crédito esperadas - PCE	-	(1.080)
Total	-	(1.080)

16.3. Despesas gerais e administrativas:

	2023	2022
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(2.451)	(30)
Serviços Jurídicos	(220)	(20)
Prêmio por performance - PPP	-	(2.219)
Total	(2.671)	(2.269)

16.4. Despesas tributárias:

	2023	2022
PIS sobre outras receitas	(90)	(101)
COFINS sobre outras receitas	(526)	(542)
Impostos s/ operações financeiras	(202)	-
Outras despesas tributárias	(505)	(1.025)
Total	(1.323)	(1.668)

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2023	2022
Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (i)	(20)	(19.44)
Reversão (constituição) de processos judiciais e administrativos (NE 1.1.3)	23.660	(23.305)
Recuperação de PIS e COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo Multas contratuais - CCC-ISOL	26	332
Receta de locação terreno	1.084	-
Obrigações com P&D	734	15
Reversão de PCE	6.143	(311)
Participação nos Lucros Remuneração IFRS 16	-	-
Provisão de impostos a restituir (ii)	-	(14.664)
Outras receitas financeiras (iii)	(3.608)	-
Total	26.940	(57.458)

(i) Em 2023 não houve aquisição de maquinário para o REVAMP conforme aconteceu em 2022; (ii) Valor a ser reembolsado para a Petrobras conforme NE 1.1.1, (iii) Baixa de contas a pagar da gestão da Petrobras.

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Resultados Financeiras	22.693	55.958
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro	20.168	52.325
Receita com recebíveis de ativos financeiros	1.791	3.618
Outras receitas financeiras	734	15
Despesas Financeiras	(30.335)	(4.272)
Perda de dívida (NE 1.1.4)	(28.761)	-
Despesa sobre o arrendamento mercantil financeiro - Controladora	(1.423)	(4.050)
Outras despesas financeiras	(153)	(22)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	877	8.211
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	1.683	8.187
Atualização cambial sobre fornecedores	(77)	24
Atualização monetária sobre P&D (i)	(729)	-
Total	(6.765)	59.897

19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações que não afetaram os fluxos de caixa

	2023	2022
Valores pagos durante o exercício	146	191
Outras despesas financeiras e contribuições sociais retidas na fonte de terceiros	146	191

20. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

20.1. Processos judiciais provisionados: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Demandas trabalhistas, destacando-se reclamações trabalhistas nas quais as Breitener Tambiqui figura como responsável subsidiária pelas obrigações não adimplidas pelas empresas contratadas para prestação de serviço terceirizado. Traz-se especial destaque à reclamação Trabalhista nº 000979/80.2022.5.11.0014, na qual foi proferida sentença de procedência em favor de ex-funcionário terceirizado, sendo reconhecida a Breitener Tambiqui S.A. como responsável subsidiária pelo pagamento da condenação. Atualmente aguardamos o julgamento do recurso interposto em face da referida decisão. • Ações cíveis, especialmente (i) o Cumprimento de Sentença nº 0736999-09.2018.8.07.0001, relativa a condenação em honorários sucumbenciais da subsidiária Breitener Tambiqui em decorrência da improcedência da Ação nº 0026960-96.2015.8.07.0001 (nº antigo: 2015.01.1.089956-7), ajuizada visando impedir a aplicação de multa pelo Amazonas Distribuidora de penalidades por indisponibilidade desde o ano de 2015; (ii) o processo administrativo nº 48500.005531/2016-50 no qual discute-se a exigência de reembolso realizado supostamente a maior pela CCEE à Breitener Tambiqui e onde se encontra monetizada a cobrança relativa ao consumo excessivo de combustível apurado no processo administrativo nº 48500.004046/2012-35. Os valores provisionados são os seguintes:

	2023	2023
Processos trabalhistas	35	23
Processos cíveis	-	23.673
Processos ambientais	-	-
Total	35	23.696

Passivo não circulante

	2023	2023
Saldo inicial	23.696	398
Adição/(reversão), líquida	(23.298)	23.298
Utilização	(363)	-
Saldo final	35	23.696

As reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se à reversão por alteração de prognóstico de provável para possível em três processos administrativos (Processos nº: 48600.005531/2016, 48500.005530/2016 e 48500.004046/2012-35) em curso perante a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), relativos à fiscalização do reembolso dos custos de geração nos Sistemas Isolados pela Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), em conformidade com o previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2011, no período de 30/07/2009 a 30/04/2017. Na preparação das demonstrações financeiras de 2023, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de desembolso financeiro. Dentro os valores estimados é passível de reembolso pelo antigo acionista da Companhia, a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), nos termos da Cláusula 10.9 (Contingências) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas celebrado entre a Breitener Holding e Participações S.A., na qualidade de compradora, a Petrobras, na qualidade de vendedora, e a Companhia, na qualidade de interveniente-auente, em 27 de agosto de 2022. **20.1.1. Processos judiciais não provisionados:** Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, e menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2023	2023
Fiscais	13.545	11.908
Cíveis	68.177	89.935
Trabalhistas	-	73
Ambientais	7.335	5.638
Total	89.057	107.554

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possíveis:

Descrição dos processos de natureza fiscal:

	Estimativa	2023	2023
Autor: Receita Federal do Brasil			
1) Pedidos de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência do crédito declarado. Contingência passiva possível relativa aos processos administrativos nº 10283.902799/2014-17, 10283.902801/2014-40, 10283.902802/2014-94, 10283.902843/2012-33 e 10283.900850/2018-82. Situação atual: Julgadas improcedentes as Manifestações Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.	13.487	10.854	
2) Processos diversos de natureza fiscal	58	1.054	
Total dos processos de natureza fiscal	13.545	11.908	

Descrição do processo de natureza trabalhista:

	Estimativa	2023	2022
Autor: Diversos			
1) Processos diversos de natureza trabalhista. Total dos processos de natureza trabalhista.	-	73	
Descrição do processo de natureza ambiental:			
Estimativa			
2023			2022

Autor: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Manaus

1) Descumprimento de natureza OIB/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente. Situação atual: Aguardando julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.

	7.335	5.638
Total dos processos de natureza ambiental	7.335	5.638

Descrição do processo de natureza cível:

	Estimativa	2023	2022
Autor: ANEEL			
1) Referência ao processo administrativo de fiscalização da ANEEL ao consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados).	65.784	75.426	

Autor: União Federal

1) Declaração de nulidade dos artigos 2º e 3º da Breitener pretende a Situação atual: Pendente de análise da defesa administrativa.

	-	11.538
2) Processos diversos de natureza cível.	2.393	2.971
Total dos processos de natureza cível	68.177	89.935

20.2. Contingências ativas: 20.2.1. Acordo Judicial com a Amazonas Energia S.A. - AME e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: As subsidiárias Breitener Tambiqui e Breitener Jaraqui, assinaram acordo judicial com a AME e Eletrobras, e posteriormente foi celebrado Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) entre a e empresas com a sua controladora Petrobras, conforme se encontra detalhado na nota explicativa 1.1.1. Os valores acordados com a Breitener Tambiqui foi no montante de R\$ 103.582), e foi calculado de acordo com os parâmetros de atualização monetária e juros estabelecidos nas decisões judiciais proferidas em cada ação judicial. Com a assinatura do acordo judicial com a Amazonas Energia S.A. e Eletrobras, a subsidiária Breitener Tambiqui resolveu os pleitos judiciais relacionados aos processos mencionados acima, todavia estes não serão extintos enquanto não cumpridas e satisfetamente integralizadas as parcelas e demais obrigações atinentes ao contrato. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento dos acordos firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. Os processos mencionados a seguir encontram-se suspensos desde a homologação judicial do mencionado acordo e assim permanecerão até o adimplemento total da transação, a) **Reembolso Conta de Consumo de Combustíveis Fosséis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL - Ação de Cobrança nº 0055069-28.2012.8.07.0001:** Ação de cobrança em face da Amazonas Energia e da Eletrobras, com o objetivo: (i) quanto às faturas futuras, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC-ISOL, determinando que a Amazonas Energia revise e corrija as diferenças da CCC-ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (ii) quanto às faturas passadas, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC-ISOL, determinando que a Amazonas Energia revise e corrija as diferenças da CCC-ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (iii) quanto às faturas passadas, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC-ISOL, sem prejuízo das sobrevierem no curso da ação, acrescidos de juros de mora e correção monetária. Houve sentença favorável à subsidiária Breitener Tambiqui, e antes do acordo judicial aguardava-se julgamento no Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. b) **Encargos Moratórios - Ação Declaratória nº 0027135-95.2012.8.07.0001:** A Breitener Tambiqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretendia o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, relativos ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas cobradas pleiteadas. Encargos moratórios referente ao monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. c) **Encargos Moratórios - Ação Declaratória nº 0027135-95.2012.8.07.0001:** A Breitener Tambiqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretendia o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, relativos ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas cobradas pleiteadas. Encargos moratórios referente ao monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. d) **Encargos Moratórios - Ação Declaratória nº 0027135-95.2012.8.07.0001:** A Breitener Tambiqui ajuizou ação visando à cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável às SPES (vide item "c" acima). Em 2019, após a queda da liminar, a Companhia ingressou com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018 (Ação nº 0714179-50.2019.8.07.0001), decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e, consequentemente, das glosas, condenando as SPES ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glosadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **20.2.2. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AME-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras:** a) **Penalidades - Ação de Cobrança nº 0739539-93.2019.8.07.0001:** Em dezembro de 2019 a Breitener Tambiqui ingressou ação judicial contra a AME-GT, por entender ser improcedente as glosas realizadas relativas às notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido à incapacidade de entregar a totalidade da energia prevista no contrato (60MW/mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Em 21 de março de 2023 foi arquivado o processo definitivamente, com a sentença julgada como improcedente, reconhecendo a legalidade das glosas. O transitado em julgado ocorreu em 09 de fevereiro de 2023. A ação judicial contra a AME-GT, não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A. - AME - e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, o controle da Amazonas Energia S.A. - AME foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimento de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AME-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **Prática contábil:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições

BREITENER TAMBAQUI S.A.

vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. **Ativos e passivos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Ativos financeiros	Nota	Mensuração	2023	2022
Banco conta corrente	6	Custo amortizado	70	6.399
Aplicações financeiras	6	Custo amortizado	3.030	21.968
Contas a receber, líquidas	7	Custo amortizado	220.768	339.870
Total dos ativos financeiros			223.868	368.237
Passivos financeiros	Nota	Mensuração	2023	2022
Fornecedores	9	Custo amortizado	5.764	8.728
Arrendamento	10	Custo amortizado	32.904	53.882
Outras contas e despesas a pagar		Custo amortizado	194	5.594
Dividendos a pagar	11	Custo amortizado	4.886	58.587
Total dos passivos financeiros			43.748	126.791

21.2 Gerenciamento de riscos: A gestão da Companhia segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As opera-

ções da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **21.2.1 Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **21.2.2 Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente ao contrato de fornecimento de energia, o qual tem suas parcelas corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M e às aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **21.2.3.1 Sensibilidade à taxa de juros:** A Breitener Jaraqui efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros, mantidos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a taxa IGP-M será de 4,07% e a taxa Selic será de 9,00%. Essa estimativa é baseada no relatório Focus no Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. A análise efetuada pela Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros, após o efeito advindo de uma baixa na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários, com efeitos de 25% e 50%, são demonstrados a seguir os aumentos em R\$ mil:

Operação	Juros	Componente	Cenário	
			provável	1
Arrendamento (ativo)	IGP-M	-	4,07%	3,05%
Arrendamento (passivo)	IGP-M	-	4,07%	3,05%
Aplicação financeira	Selic	CDI	9,00%	6,75%

Operação	Taxa	Componente	Exposição	
			Passivo	Líquido
Arrendamento (ativo)	IGP-M	-	192.933	192.933
Arrendamento (passivo)	IGP-M	-	32.904	32.904
Aplicação financeira	Selic	CDI	3.030	-

(*) A análise de sensibilidade é baseada nas projeções das taxas conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. **21.2.3 Risco de crédito:** A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, relacionados a conta corrente bancária e ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Breitener Energética e com instituições financeiras brasileiras. **21.2.4 Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **21.3 Seguros:** Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patri-

mônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou contrato de seguro de riscos operacionais com a Starr International Brasil Seguradora S.A, tendo sua controladora, Breitener Tambaqui, como sua seguradora, onde ficou estabelecida a garantia de indenização e ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, desde que ocorram em território nacional e durante o período de vigência da apólice, até o valor fixado na apólice. O período de vigência do seguro é compreendido entre 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024, com limite máximo de garantia até o valor de R\$ 200.000. O prêmio do seguro é de R\$ 2.770 além de IOF de R\$ 204, dos quais serão pagos nos primeiros meses de 2024, através das controladas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui. Em 09 de novembro de 2023, a controladora Energética celebrou um novo contrato de seguro de responsabilidade civil para a controlada Tambaqui, com a Ava Seguros S.A. O prêmio do contrato é de R\$ 132, a ser quitado em 2 parcelas iguais de R\$ 66, com vencimento em janeiro e março de 2024 no dia 15 e será pago através das controladas Tambaqui e Jaraqui. O limite máximo da garantia da apólice é de R\$ 50.000. O contrato garante indenizações ou reembolsos ao segurado, até o limite máximo de importância segurada, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, durante a vigência da apólice, em todos os locais estabelecidos pelo segurado. O período de vigência do contrato é de 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024. **21.4 Aplicação Financeira:** É de responsabilidade da área financeira da Companhia planejar a gestão do caixa de curto e longo prazo, otimizar os recursos financeiros visando maior ganho e menor risco. É necessário o acompanhamento regular dos indicadores de mercado para que seja sugerida a melhor estratégia de aplicação dos recursos. As aplicações devem ser realizadas com a liquidez necessária para honrar os pagamentos previstos pelo fluxo de caixa. Devem ser permitidas somente aplicações financeiras em Renda Fixa, priorizando títulos públicos federais que acompanhem direta ou indiretamente, a variação das taxas de juros diárias praticadas no mercado de certificado de depósito interbancário (CDI) ou a média da taxa básica diária de juros de mercado (SELIC), com liquidez e para títulos e certificados emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paula Barcellos Loureiro - Diretora Jurídica
Mario Humberto de Souza Lopes - Diretor Administrativo
Paulo Alexandre Macedo de Almeida - Diretor Presidente
Fabiola Milane Nobre Andrade - Diretora Técnica

CONTADOR

Romaldo de Freitas
CRC/AM 016541/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Breitener Tambaqui S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Breitener Tambaqui S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Tambaqui S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos re-

queridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/F-5
Patrício Marques Roche
Contador CRC 1R081115/O-4





FACULDADE SANTA TERESA

SEU FUTURO SE ENCAIXA AQUI

VESTIBULAR ONLINE 2024/2

VESTIBULAR ONLINE 2024
Conheça nossos cursos de Graduação

- Administração
- Arquitetura e Urbanismo
- Biomedicina
- Ciências Contábeis
- Design de Moda
- Direito
- Enfermagem
- Farmácia
- Gastronomia
- Logística
- Nutrição
- Odontologia
- Pedagogia
- Psicologia

CONCEITO 5 MEC

Informações:
(92) 98403-0034 | (92) 3090-3020
faculdesantateresa.edu.br



BREITENER JARAQUI S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)
Table with columns: 2023, Reapresentado Nota 2.2, 2022
Rows: Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Outros componentes do resultado abrangente, Resultado abrangente total

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)
Table with columns: Notas, 2023, Reapresentado Nota 2.2, 2022
Rows: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Breitener Jaraqui S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de maio de 2005, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada da Breitener Energética S.A. e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termoelétrica, com potência de 60MW na cidade de Manaus...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)
Table with columns: Capital subscrito e integralizado, Reserva de lucros, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido
Rows: 31/12/2022, 31/12/2023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

restituição (Perdcons) em março de 2022. Os recebimentos das restituições destes tributos pela Receita Federal do Brasil serão repassados a Petrosbras conforme acordo comercial entre as empresas Petrosbras (vendedora) e Ceibra Energy (compradora). Os valores recebidos por transferência bancária foram reconhecidos no dia 27 de junho de 2022, como aumento de capital social, tanto para Breitener Energética, como para as empresas operacionais, que no caso da Breitener Jaraqui, reconheceu o aumento de capital de R\$ 47.595...

1.1.3. Reversão da Provisão de Contingência do CCC-ISOL: Em 2022, a Companhia realizou provisão de contingência de débitos relacionados a conta CCC-ISOL, em função do processo administrativo nº 48500.004/2012-35, iniciado em 09/07/2012 pela fiscalização da ANEEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobras e aprovados pela ANEEL. Com relação especificamente à Breitener Jaraqui, a ANEEL concluiu pela obrigatória devolução do valor referente à quantidade de combustível que excedeu os limites do consumo eficiente em 6,115 mil quilogramas de Óleo OCL1 e PGE pela Companhia...

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações próprias das demonstrações financeiras, e somente estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são:

2.1. Moeda funcional: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.
2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras: Os ajustes refletidos nesta nota de reapresentação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023, que está contida no Item 1.1.1, e demonstrado nos quadros anexos, conforme descrição a seguir: O (x) item (i) demonstra a reclassificação contábil entre contas de ativo de tributos a recuperar do IRPJ e da CSLL do Circulante para o Não Circulante, no valor de R\$ 31.562, composto por pedidos de restituição com a Receita Federal do Brasil, a qual a Companhia possui a obrigação contratual de repassar os valores recebidos para a Petrosbras. Por este motivo, a Companhia realizou provisão de contas a pagar com a Petrosbras, no mesmo valor, contra a conta de Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados). Também neste item, demonstramos a reversão do aumento de capital, no valor de R\$ 47.595 em 2021, não deliberado pela administração da Companhia, contra conta de Prejuízos Acumulados. (ii) Os itens (iii), (iv) e (v) demonstram o reflexo da provisão constituída no resultado reapresentado da Companhia no ano de 2022.

(i) Balanço patrimonial:
Table with columns: Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Rows: Ativo, Imposto de renda e contribuição social, Outros, Total circulante, Imposto de renda e contribuição social, Outros, Total não circulante, Total circulante

Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Table with columns: Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Rows: Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Resultado abrangente total

Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Table with columns: Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Rows: Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Resultado abrangente total

Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Table with columns: Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Rows: Saldo em 1º de janeiro de 2022, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Dividendos, Total do patrimônio líquido

Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Table with columns: Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado
Rows: Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Outros passivos, Outros, Aumento de caixa e equivalentes de caixa

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As notas que apresentam políticas contábeis materiais são: Notas Explicativas: 6. Caixa e equivalentes de caixa; 7. Contas a receber; 8. Estoques; 9. Fornecedores; 10. Arrendamento; 13. Tributos; 14.3. Reserva de Lucro; 14.4. Dividendos e juros sobre capital próprio; 15. Receita de serviços; 16. Custos e Despesas por natureza; e 20. Processos judiciais e contingências.
3.1. Instrumentos financeiros: Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
3.1.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial: Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros da Companhia são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de principal) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas; e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
3.1.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial: Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzido ou aumentam esse valor. b) Classificação e mensuração subsequente: Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinados circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As pressuposições utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.
4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências: A Companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, noutra jurisdição, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 20.
4.2. Tributos diferidos sobre o lucro: A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A deter-

BREITENER JARAQUI S.A.

(I) Até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a Companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidas à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a Companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. (II) Os valores decorrem, principalmente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização da planta Industrial da Companhia. (iii) Referem-se ao PIS e COFINS decorrentes de ganho de processo judicial em 2021 relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade.

13.2. Programa de Regularização Fiscal - REFIS

Tributo	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ	699	1.324	238	1.873
CSLL	738	737	366	1.025
PIS	263	263	132	555
COFINS	1.027	1.028	514	1.235
Total	2.727	3.352	1.249	4.690

Valores referentes ao parcelamento ordinário de débitos tributários solicitados pela Companhia junto à Receita Federal do Brasil, de forma espontânea e sem qualquer benefício financeiro. Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontravam-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem superar uma defesa no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do REFIS é composta pelos seguintes valores:

	Atualização monetária		Pagamento	31.12.2023	
	2023	2022		2023	2022
IRPJ	3.119	(520)	(1.738)	937	
CSLL	1.758	222	(876)	1.104	
PIS	818	(116)	(307)	395	
COFINS	2.221	469	(1.199)	1.541	
Total	8.042	55	(4.120)	3.972	

13.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados conforme aliquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	44.070	(6.439)	44.070	(6.439)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(14.984)	2.189	(14.984)	2.189
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusões/(Adições), líquidas				
Temporárias	(11.492)	(41.814)	(11.492)	(41.814)
Permanentes	4.139	7.105	4.139	7.105
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social diferido	27.485	16.433	27.485	16.433
Outros				
Imposto de renda e contribuição social	5.150	(16.087)	5.150	(16.087)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.485	16.433	27.485	16.433
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.868)	(32.520)	(2.868)	(32.520)
Imposto de Renda de Exercícios anteriores				
Total	2.281	(16.087)	2.281	(16.087)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	11,68%	(40,02%)	11,68%	(40,02%)

13.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulantes:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

Arrendamento financeiro

	Contas a receber		Contas a pagar		Prejuízos fiscais	Outros	Total
	2023	2022	2023	2022			
Em 31 de dezembro de 2021	7.795	(117.271)	24.344	—	(2.179)	(87.311)	
Reconhecido no resultado do exercício	—	22.449	(5.957)	—	(59)	16.433	
Em 31 de dezembro de 2022	7.795	(94.822)	18.387	—	(2.238)	(70.878)	
Reconhecido no resultado do exercício	(4.454)	39.055	(7.174)	—	58	27.485	
Em 31 de dezembro de 2023	3.341	(55.767)	11.213	—	(2.296)	(43.393)	
Impostos diferidos ativos							
Impostos diferidos passivos							(43.393)
Em 31 de dezembro de 2023							(43.393)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos: A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, Passivos		2023	2022
	2023	2022		
2024			(30.630)	
2025			(12.763)	
Total			(43.393)	

Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substancialmente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 201.671 (em 2022 R\$ 201.761), conforme valores reapresentados, representado por 201.671 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **14.2. Reservas de lucros:** **a) Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ajustado, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **14.3. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Após as representações dos resultados de 2022, conforme NE 2.2, a Breitener Jaraqui, em 2023, efetuou o pagamento de R\$ 83.997 para sua única acionista e controladora, a Breitener Energética, sendo R\$ 4.886 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios constituídos em exercícios anteriores, além de R\$ 79.111 de lucros retidos dos períodos anteriores. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios

constituídos em 2023 no valor de R\$ 11.008, e reservas de lucros constituído no exercício de 2023, subtraídos das suas antecipações no valor total de R\$ 41.353, estão previstos para serem pagos durante o exercício de 2024. Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, e assim demonstrada:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro básico:				
Dividendos mínimos obrigatórios	11.008	2.146	11.008	2.146
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	11.008	2.146	11.008	2.146
Prejuízos acumulados	11.008	2.146	11.008	2.146
Dividendos mínimos obrigatórios	33.025	6.439	33.025	6.439
Reserva legal	2.318	452	2.318	452
Total da destinação do resultado	46.351	9.037	46.351	9.037

14.4. Resultado por ação:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Jaraqui	46.351	22.525	46.351	22.525
Quantidade de ações	201.671,242	201.671,242	201.671,242	201.671,242
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,23	(0,11)	0,23	(0,11)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

15. RECEITA DE SERVIÇOS

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de serviços - O&M	50.556	58.205	50.556	58.205
ICMS	(10.618)	(8.508)	(10.618)	(8.508)
PIS	(669)	(683)	(669)	(683)
COFINS	(3.083)	(3.139)	(3.083)	(3.139)
Total	36.186	45.875	36.186	45.875

A redução da receita decorre do reajuste contratual, atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) em -3,46%, além do governo do estado do Amazonas ter aumentado a alíquota de 18% para 20% no mês de abril de 2022. **Prática contábil:** A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contra-prestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços. A receita de operação e manutenção é reconhecida com base no contrato de fornecimento de energia, o qual é faturado de acordo com as medições mensais. As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
16.1. Custos dos produtos e serviços vendidos:				
Materiais e combustíveis	(17.835)	(31.423)	(17.835)	(31.423)
Serviços, fretes, alugueis e outros	(7.663)	(9.935)	(7.663)	(9.935)
Gastos com pessoal	(17.397)	(19.822)	(17.397)	(19.822)
Total	(42.895)	(61.180)	(42.895)	(61.180)

16.2. Despesas de vendas:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Constituição/Reversão de perdas de crédito esperadas - PCE (NE 7.3)	—	(666)	—	(666)
Total	—	(666)	—	(666)

16.3. Despesas gerais e administrativas:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Serviços, fretes, alugueis e outros	(2.140)	(848)	(2.140)	(848)
Serviços jurídicos (i)	(27)	(513)	(27)	(513)
Prêmio por Performance - PPP	—	(1.303)	—	(1.303)
Total	(2.167)	(2.664)	(2.167)	(2.664)

16.4. Despesas tributárias:

PIS sobre outros receitas (i)

2023	2022
(161)	(72)

COFINS sobre outros receitas (i)

2023	2022
(465)	(427)

Outras despesas tributárias

2023	2022
(29)	(856)

Total

2023	2022
(1.554)	(1.355)

(i) São decorrentes de afretamento de equipamentos, receitas eventuais e receitas financeiras em geral.

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (i)	2.406	(4.823)	2.406	(4.823)
Reversão (constituição) de processos judiciais e administrativos (1.1.3)	14.123	(13.812)	14.123	(13.812)
Recuperação de PIS e COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo	16	—	16	—
Receita de locação de terrenos	988	584	988	584
Obrigações com P&D	(344)	(328)	(344)	(328)
Reversão de PCE	7.522	—	7.522	—
Outras despesas operacionais (ii)	(7.337)	—	(7.337)	—
Provisão de impostos a restituir (iii)	—	(31.562)	—	(31.562)
Participação nos lucros e resultados	—	(437)	—	(437)
Total	17.374	(50.050)	17.374	(50.050)

(i) Despesas eventuais e impacto de solicitação de reembolsos com a Petrobras; (ii) Baixas de contas a receber e a pagar da gestão Petrobras; (iii) Valor a ser reembolsado para a Petrobras conforme NE 1.1.1.

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receitas Financeiras	26.015	59.943	26.015	59.943
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro (i)	24.744	58.247	24.744	58.247
Receita com recebíveis de ativos financeiros	1.264	1.693	1.264	1.693
Outras receitas financeiras	7	—	7	—
Despesas Financeiras	(9.031)	(4.028)	(9.031)	(4.028)
Despesa sobre o arrendamento mercantil financeiro - Controladora	(1.300)	(3.945)	(1.300)	(3.945)
Perda de dívida (NE 1.1.4)	(8.158)	(87)	(8.158)	(87)
Outras despesas financeiras	(20,332)	(63)	(20,332)	(63)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20.147	7.687	20.147	7.687
Atualização monetária sobre impostos a recuperar (iii)	20.332	7.876	20.332	7.876
Variação cambial sobre fornecedores	(88)	(189)	(88)	(189)
Atualização monetária sobre P&D (ii)	(767)	—	(767)	—
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	664	—	664	—
Total	36.024	63.602	36.024	63.602

(i) Variação proveniente do ajuste do IGP/M do contrato de arrendamento mercantil das empresas do grupo com a AME; (ii) Atualização de juros Selic relacionado ao passivo de P&D; (iii) Ajuste da atualização de pedidos de restituição de períodos anteriores.

19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações que não afetaram os fluxos de caixa

2023	2022	
Valores pagos durante o exercício	113	139

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros

20. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

20.1. Processos judiciais provisionados: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações referem-se a: • Demandas trabalhistas, destacando-se reclamações trabalhistas nas quais a Breitener Jaraqui figura como responsável subsidiária pelas obrigações não adimplidas pelas empresas contratadas para prestação de serviço terceirizado. Traz-se especificamente à Execução Provisória nº 0000467.03.2023.5.11.0014, na qual resta incontroversa a responsabilidade da Breitener Jaraqui por parte do crédito pleiteado na demanda. • Ações cíveis, especialmente (i) o Cumprimento de Sentença nº 0736999.09.2018.8.07.0001, relativo à condenação em honorários sucumbenciais da Breitener Jaraqui em decorrência da improcedência da ação de indenização por danos morais e materiais proposta pelo consumidor.

• Ações cíveis, especialmente (ii) o Cumprimento de Sentença nº 0000467.03.2023.5.11.0014, por meio de análise realizada por empresa contábil, débito tributário no valor histórico de R\$ 505.657,76. Dessa forma, a discussão sobre o referido montante é incontroversa, permanecendo a discussão judicial tão somente acerca da parcela não reconhecida pela empresa.

tener Jaraqui em decorrência da improcedência da Ação nº 0026960-96.2015.8.07.0001 (nº antigo: 2015.011.089956-7), ajudizada visando impedir a aplicação de glosa pela Amazonas Distribuidora de penalidades por indisponibilidade desde o ano de 2015; (iii) o processo administrativo nº 48500.005530/2016-13 no qual discute-se a exigência de reembolso realizado supostamente a maior pela CCEE à Breitener Jaraqui onde se encontra monetizada a cobrança relativa ao consumo excessivo de combustível apurado no processo administrativo nº 48500.004046/2012-35. Os valores provisionados são os seguintes:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Processos fiscais	—	1.170	—	1.170
Processos civis	710	13.664	710	13.664
Total	710	14.833	710	14.833
Passivo não circulante	—	—	—	—
Saldo inicial	14.833	1.020	14.833	1.020
Adição/(Reversão), líquida	(13.664)	13.664	(13.664)	13.664
Utilização	—	—	—	—
Atualização de juros	(458)	148	(458)	148
Saldo final	710	14.833	710	14.833

As reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se a reversão por alteração de prognóstico de provável para possível em dois processos administrativos (Processos nº 48500.005530/2016 e 48500.004046/2012-35) em curso perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), relativos à fiscalização do reembolso dos custos de geração nos Sistemas Isolados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), em conformidade com o previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2011, no período de 30/07/2009 a 30/04/2017. Na preparação das demonstrações financeiras de 2023, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de desembolso financeiro. Dentre os valores estimados é possível de reembolso pelo antigo acionista da Companhia, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), nos termos da Cláusula 10.9 (Contingências) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Breitener Holding e Participações S.A., na qualidade de compradora, a Petrobras, na qualidade de vendedora, e a Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, em 27 de agosto de 2021. **20.2. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante				
Fiscais	2.532	1.868	2.532	1.868
Total	2.532	1.868	2.532	1.868

20.3. Processos judiciais não provisionados: Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que haja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2

BREITENER TAMBAQUI S.A.

trajudicial, foram incluídos no acordo judicial celebrado em abril de 2021. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do cumprimento dos acordos firmados em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **c) Penalidades - Ação de Cobrança nº 071.4179-99/2019.8.07.0001:** Em 2015, a Companhia ajuizou ação visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável à Companhia. Em 2019, após a queda da liminar, a Companhia ingressou com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glossas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018, decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e, consequentemente, das glossas, condenando a Companhia ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glossadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do cumprimento dos acordos firmados em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **d) Divergência nos valores de potência contratada - Ação de cobrança nº 0722541-84.2018.8.07.0001:** Ação de cobrança referente a faturamentos a menor da potência contratada entre novembro de 2016 e março de 2017 em razão de aditivo contratual firmado entre as partes, no âmbito de contrato de suprimento de energia celebrado na modalidade Produtor Independente de Energia - PIE. Essa ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as rés ao pagamento das diferenças apuradas no faturamento de suprimento de energia no período de dezembro de 2016 a março de 2017. As partes interuseram recurso especial, e até a data do acordo aguardava-se o julgamento do Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do cumprimento dos acordos firmados em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **20.4-2. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AmE-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Penalidades - Ação de Cobrança nº 0739539-93.2019.8.07.0001:** Em dezembro de 2019 a Companhia ingressou ação judicial contra a AmE-GT, por entender ser improcedente as glossas realizadas relativas às notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido à incapacidade da Companhia de entregar a totalidade da energia prevista no contrato (60MW/mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Em 21 de março de 2022 foi arquivado o processo definitivamente, com a sentença julgada como improcedente, reconhecendo a legalidade das glossas. O transitado em juízo ocorreu em 09 de fevereiro de 2022. A ação judicial contra a AmE-GT não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A. - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, o controle da Amazonas Energia S.A. - AmE foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimento de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do cumprimento dos acordos firmados em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. **b) Prática contábil:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. **Ativos e passivos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativos financeiros	Nota	Mensuração	2023	2022
Banco conta corrente	6	Custo amortizado	10	4.066
Aplicações financeiras	6	Custo amortizado	3.073	9.238
Contas a receber, líquidas	7	Custo amortizado	203.286	326.346
Total dos ativos financeiros			206.460	339.650
Passivos financeiros	Nota	Mensuração	2023	2022
Fornecedores	9	Custo amortizado	12.405	16.093
Arrendamento	10	Custo amortizado	32.979	54.079
Outras contas e despesas a pagar	14	Custo amortizado	215	300
Dividendo a pagar	10	Custo amortizado	10.779	4.886
Total dos passivos financeiros			56.377	79.071

21.2. Gerenciamento de riscos: A gestão da Companhia segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **21.2.1. Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento de riscos cambial que busca identificar os tratamentos de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das

moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando negociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **21.2.2. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente ao contrato de fornecimento de energia, o qual tem suas parcelas corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M e às aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **21.2.3. Sensibilidade à taxa de juros:** A Breitener Jaraguá efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros, mantidos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a taxa IGP-M será de 4,07% e a taxa Selic será de 9,00%. Essa estimativa é baseada no relatório Focus no Banco Central do Brasil de 02 de Janeiro de 2024. A análise efetuada pela Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros, após o efeito advindo de uma baixa na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários, com efeitos de 25% e 50%, são demonstrados a seguir os aumentos em R\$ mil:

Operação	Juros	Componente	Cenário		
			provável	Cenário 1	Cenário 2
Arrendamento (ativo)	IGP-M	-	4,07%	3,05%	2,04%
Arrendamento (passivo)	IGP-M	-	4,07%	3,05%	2,04%
Aplicação financeira	Selic	CDI	9,00%	6,75%	4,50%

21.2.3. Risco de crédito: A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, relacionados a conta corrente bancária e ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Breitener Energética e com instituições financeiras brasileiras. **21.2.4. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **21.3. Seguros:** Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou contrato de seguro de riscos operacionais com a Starr International Brasil Seguradora S.A, tendo sua controlada, Breitener Jaraguá, como sua cosegurada, onde ficou estabelecida a garantia de indenização e ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, desde que ocorram em território nacional e do período de vigência da apólice, até o valor fixado na apólice. O período de vigência do seguro é compreendido entre 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024, com limite máximo de garantia até o valor de R\$ 200.000. O prêmio do seguro é de R\$ 2.770 além de IOF de R\$ 204, dos quais serão pagos nos primeiros meses de 2024, através das controladas Breitener Tamboqui e Breitener Jaraguá. Em 09 de novembro de 2023, a controladora Energética celebrou um novo contrato de seguro de responsabilidade civil para a controlada Jaraguá, com a Axa Seguros S.A. O prêmio do contrato é de R\$ 132, a ser quitado em 2 parcelas iguais de R\$ 66, com vencimento em janeiro e março de 2024 no dia 15 e será pago através das controladas Tamboqui e Jaraguá. O limite máximo da garantia da apólice é de R\$ 50.000. O contrato garante indenizações ou reembolsos ao segurado, até o limite máximo da importância segurada, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, durante a vigência da apólice, em todos os locais estabelecidos pelo segurado. O período de vigência do contrato é de 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024. **21.4. Aplicação Financeira:** É de responsabilidade da área financeira da companhia planejar a gestão do caixa de curto e longo prazo, otimizar os recursos financeiros visando maior ganho e menor risco. É necessário o acompanhamento regular dos indicadores de mercado para que seja sugerida a melhor estratégia de aplicação dos recursos. As aplicações devem ser realizadas com a liquidez necessária para honrar os pagamentos previstos pelo fluxo de caixa. Devem ser permitidas somente aplicações financeiras em Renda Fixa, priorizando títulos públicos federais que acompanhem direta ou indiretamente, a variação das taxas de juros diárias praticadas no mercado de certificado de depósito interbancário (CDI) ou a média da taxa básica diária de juros de mercado (SELIC), com liquidez e para títulos e certificados emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Alexandre Macedo de Almeida
 Diretor Presidente

Mario Humberto de Souza Lopes
 Diretor Administrativo

Fabiola Milane Nobre Andrade
 Diretora Técnica

Paula Barcelos Loureiro
 Diretora Jurídica

CONTADOR

Romualdo de Freitas
 CRC/AM 016541/0-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas
 Breitener Jaraguá S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Breitener Jaraguá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nosso opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Jaraguá S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos aos nossos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
 CRC 258/0160/3
Patricio Marques Roche
 Contador CRC 1R081115/0-4

PWC

FAMETRO
A FACULDADE DOS

DA VIDA REAL

VESTIBULAR
2º SEMESTRE

INSCREVA-SE:
FAMETRO.EDU.BR
(92) 2101-1000

RESERVE SUA VAGA!

Campanha válida para o semestre de 2024/2.

MENSALIDADES A PARTIR DE R\$ 59,90*



BREITENER ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 04.816.991/0003-06

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO (EXERCÍCIO 2023)

A Breitenener Energética S.A. ("Companhia") tem sede no Brasil, na Av. Solimões, 2.257, conjunto "D", sala nº 01, Mauzinho, Manaus, AM. A Companhia tem por objeto social (i) administrar e gerir as sociedades Breitenener Tambaqui S.A. ("Breitenener Tambaqui") e Breitenener Jaraqui S.A. ("Breitenener Jaraqui"), ambas sociedades destinadas à geração e comercialização de energia elétrica; (ii) participar do capital social de quaisquer outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia ou acionista; e (iii) executar outras atividades correlatas e que se façam necessárias ao exercício das atividades indicadas nos incisos (i) e (ii).

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

DESTAQUES DO ANO

Em 2023, a Companhia:

- Attingiu uma geração líquida média consolidada de 123,2 MW por meio de suas controladas Breitenener Tambaqui e Breitenener Jaraqui, 2,6% acima contratada;
- Aprimorou sua estrutura de governança, com a criação, divulgação e treinamento (conforme o caso) de normativos internos importantes, dentre os quais destacam-se: (i) o Código de Ética, (ii) a Política de Governança Corporativa, (iii) a Diretriz de Contratação, (iv) a Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados, (v) a Política de Direitos Humanos, (vi) a Diretriz de Conflitos de Interesses, (vii) a Política de Sustentabilidade, (viii) a Diretriz de Alcances e Limites de Aprovação, (ix) o Regimento Interno do Comitê de Ética e (x) a aderência à Lei Geral de Proteção de Dados;
- Na área de Suprimentos, implantou uma forte política de redução dos estoques passando de R\$ 59,6MM no início do exercício para R\$ 49,0MM no seu final. Contribuiu para este resultado: (i) a parceria com a Área Técnica no ajuste fino das necessidades de manutenção; (ii) a sensível redução nos prazos de negociação, aumentando consideravelmente a rotação dos nossos estoques; (iii) redução nos valores finais negociados;
- Na Área de Recursos Humanos, a Companhia aumentou o foco na ambiência, apoiando a área de ESG, nas ações socioambientais, no incentivo ao voluntariado e eventos de congruamento entre os colaboradores;
- A Companhia investiu para tornar o seu negócio ainda mais sólido, eficiente e sustentável sob os pontos de vista ambiental, social, segurança e de governança corporativa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2023, a Companhia attingiu uma geração líquida média de 123,2 MW por meio de suas controladas Breitenener Tambaqui e Breitenener Jaraqui, 2,6% acima da geração contratada de 120 MW nas duas usinas. O resultado de 2023 foi obtido pela estratégia de operação e manutenção, aumentando a disponibilidade operacional para 92,6% e a confiabilidade para 96,2% através do incremento da eficiência e diminuição da quantidade de falhas e levando a redução do tempo de reparo dos equipamentos.

INDICADORES

A Companhia definiu suas metas de desempenho corporativas para o ano de 2023 com base em 4 pilares: (i) Rentabilidade; (ii) Eficiência; (iii) Sustentabilidade e (iv) Segurança. Abaixo segue resumo dos resultados obtidos durante o ano, de forma consolidada e individualizada:

INDICADORES	PILARES			
	RENTABILIDADE	EFICIÊNCIA	SUSTENTABILIDADE	SEGURANÇA
Geração de Caixa Operacional - GCO -	Disponibilidade Total das Usinas - DISP -	Entregas Administrativas - Financeiras - ADM -	Posicionamento em Sustentabilidade - ESG -	Indicador de Segurança = ZERO - TER -
Gastos Operacionais Gerenciais - GOG -				
Estoque Final do Exercício - EFE -				

Tabela 1 – Indicadores Energética 2023

INDICADOR	UNIDADE	ENERGÉTICA		CONSOLIDADO	
		META	REALIZADO	META	REALIZADO
GCO ▲	R\$ milhões	-42,4	-29,5	85,7	192,6
GOG ▼	R\$ milhões	28,4	23,7	241,5	179,8
DISP ▲	%	N/A	N/A	84,0	92,6
EFE ▼	R\$ milhões	N/A	N/A	47,1	48,6
ESG ▲	marcos	8	11	8	11
ADM ▲	%	100,0	107,8	100,0	107,8
TER ▼	Evento	ZERO	ZERO	ZERO	1

Tabela 2 – Indicadores Jaraqui 2023

INDICADOR	UNIDADE	JARAQUI		CONSOLIDADO	
		META	REALIZADO	META	REALIZADO
GCO ▲	R\$ milhões	67,8	109,8	85,7	192,6
GOG ▼	R\$ milhões	95,5	69,2	241,5	179,8
DISP ▲	%	85,3	93,5	84,0	92,6
EFE ▼	R\$ milhões	18,4	18,7	47,1	48,6
ESG ▲	marcos	N/A	N/A	8	11
ADM ▲	%	N/A	N/A	100,0	107,8
TER ▼	Evento	ZERO	ZERO	ZERO	1

Tabela 3 – Indicadores Tambaqui 2023

INDICADOR	UNIDADE	TAMBAQUI		CONSOLIDADO	
		META	REALIZADO	META	REALIZADO
GCO ▲	R\$ milhões	60,4	112,3	85,7	192,6
GOG ▼	R\$ milhões	117,2	86,9	241,5	179,8
DISP ▲	%	82,9	92,7	84,0	92,6
EFE ▼	R\$ milhões	28,7	29,9	47,1	48,6
ESG ▲	marcos	N/A	N/A	8	11
ADM ▲	%	N/A	N/A	100,0	107,8
TER ▼	Evento	ZERO	1	ZERO	1

DESEMPENHO DE ESG

No ano de 2023, a Breitenener não apenas alcançou um desempenho operacional de destaque, mas também fez investimentos significativos para reforçar a solidez, eficiência e sustentabilidade de seu negócio, considerando aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

A empresa colocou as práticas de ESG no centro de suas decisões estratégicas, reforçando seu comprometimento com a gestão responsável em relação ao meio ambiente, à sociedade e à governança. Esse enfoque visa contribuir para o desenvolvimento sustentável e endereçar desafios globais, alinhando-se às melhores práticas do mercado em termos de políticas socioambientais.

Dimensão Ambiental

A Breitenener atende rigorosamente às condicionantes ambientais das suas Licenças de Operação emitidas pelo IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, executando e gerindo os seguintes programas ambientais apropriados.

A Companhia realizou uma gestão ambiental responsável, comprometida com a proteção do meio ambiente, considerando os impactos (negativos e positivos) ao meio ambiente, ecossistemas e comunidades, adotando práticas de preservação dos recursos naturais, priorizando temas como gestão de resíduos.

Na dimensão ambiental pode-se destacar as seguintes realizações:

- Realização da Semana do Meio Ambiente
- Realização de Plantio de espécies nativas em áreas próprias
- Apoio ao Projeto de produção de mudas do Instituto Soka

• Gestão de Licenças e Autorizações: A companhia implementou o sistema Onegreen para a gestão de licenças e autorizações, demonstrando um forte compromisso com a conformidade legal e a sustentabilidade.

Dimensão de Social

Em 2023, a Companhia trabalhou para continuar desenvolvendo seu negócio de forma segura, justa, inclusiva, cuidando das pessoas e valorizando nosso capital humano. A Breitenener conciliou os interesses da Companhia com os valores e demandas da sociedade civil, visando fomentar o desenvolvimento sustentável impactando positivamente as comunidades do entorno de seus empreendimentos.

A Breitenener priorizou seu público interno realizando campanhas preventivas de saúde e segurança e reforçou o seu compromisso com a vida de todos os colaboradores, comunidades e parceiros. Como principais ações, destacam-se:

- Semana do Comportamento Seguro
- Palestra sobre saúde mental
- Rodas de conversas com psicólogos
- Semana da Diversidade e Inclusão
- Dia da Família
- Monitoramento e Gestão de Requisitos Legais.
- Treinamentos Normativos Legais.

A fim de proporcionar um ambiente de trabalho inclusivo, acolhedor e livre de preconceitos, ampliou a discussão sobre Diversidade e introduziu ações para tratar a Diversidade e Inclusão dentro da Companhia, destacando-se a realização de palestras e da Semana da Diversidade. Foram realizadas ações educativas introduzindo temas relacionados com a Sustentabilidade e a necessidade de contribuímos para a agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas, importância do ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Ciente de sua responsabilidade socioambiental, foram realizadas ações de voluntariado e ações sociais que atenderam diretamente cerca de 9 mil pessoas e 27 mil, indiretamente, através das ações realizadas pela própria Companhia com as comunidades do entorno de seus projetos e da parceria com o Instituto Soka da Amazônia apoiando projetos de Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Voluntariado e Expedições às comunidades ribeirinhas.

A Companhia estreitou o relacionamento com público escolar através do Programa Portas Abertas Breitenener, promoveu Workshop de Sustentabilidade com seus fornecedores e realizou ações com a comunidade do entorno de nossas Usinas.

Foram realizadas campanhas e ações de engajamento com seus colaboradores como o Dia da Família Breitenener, confraternização de Natal e ações de voluntariado.

Dimensão de Governança

Em 2023, a Companhia revisou Políticas, Procedimentos, Ações e Projetos para garantir que os negócios da empresa sejam conduzidos com ética, idoneidade, transparência e gerir suas atividades de forma responsável.

Aplicou práticas de governança corporativa, com transparência e divulgação de informações de forma imparcial e igualitária para seus stakeholders e adotou práticas anticorrupção na condução de seus negócios.

A Breitenener ampliou seus canais de comunicação a fim de garantir a participação e consulta de todos seus stakeholders (colaboradores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e comunidades) e manteve um relacionamento transparente, com credibilidade e ética perante todas as partes interessadas.

A fim de proporcionar uma governança corporativa criando o Comitê de Sustentabilidade e fortalecendo o Comitê de Ética, além de realizar um processo educativo dentro da companhia tratando temas sensíveis relacionados à Ética envolvendo todos os seus colaboradores.

A Breitenener atuou sobre os mais rígidos limites de Compliance, em conformidade com todas as leis vigentes no país, normas regulamentadoras e políticas internas.

Considero em suas estratégias de negócios ações que visem contribuir para o alcance dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), aderindo às práticas norteadoras do Pacto Global da ONU e definiu ODS Estratégicos, são eles:

ODS 3 – Saúde e Bem-estar

ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 10 – Redução das desigualdades

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis

A Companhia realizou uma avaliação com uma Organização Internacional GRESB para avaliar o desempenho ESG com o objetivo de melhorar a inteligência de negócios, a tomada de decisões e a governança.

A Breitenener desenvolveu uma estratégia de Comunicação interna e externa, reconhecendo a necessidade e importância de se comunicar com seus públicos de interesse.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O ano de 2023 foi marcado por uma série de desafios econômicos globais, mas também por oportunidades significativas. Neste contexto, a Companhia demonstrou resiliência e adaptabilidade, resultando em um desempenho financeiro sólido.

A Companhia manteve um rigoroso controle sobre seus custos operacionais, que totalizaram R\$ 102.988. Através de uma gestão cuidadosa e da implementação de medidas de eficiência, conseguindo otimizar suas operações e melhorar as margens operacionais. Essas iniciativas foram essenciais para sustentar o negócio e permitir o investimento em áreas estratégicas para o Grupo Celba no Brasil.

A rentabilidade sobre o capital próprio (ROE) e sobre os ativos (ROA) também apresentaram melhorias, refletindo a solidez financeira e a criação de valor para nosso acionista.

A Companhia encerrou o ano com uma posição de caixa robusta, assegurando flexibilidade financeira para apoiar as operações e os investimentos futuros.

Em 2022, a Companhia provisionou contingências devido a débitos relacionados à conta CCC-ISOL, oriundos do processo administrativo da ANEEL iniciado em 2012 para apurar o consumo de combustíveis nas usinas beneficiárias. A ANEEL em 2022, em última instância administrativa determinou a devolução de valores por consumo excessivo de combustível por parte da Breitenener Jaraqui e Breitenener Tambaqui. Diante da referida decisão, a Companhia constituiu passivos, indicando montantes de R\$ 13.502 para a Jaraqui e R\$ 23.510 para a Tambaqui, com riscos de perda possível e provável, para os quais foram realizadas provisões.

Apesar dos recursos negados pela ANEEL, a companhia em 2023 obteve êxito em sua estratégia judicial, que alterou o prognóstico da causa realizado pelo escritório Nunes Fernandes Advogados e Associados para possível. Baseado nessa nova avaliação, em dezembro de 2023, a Companhia reverteu as provisões anteriormente constituídas.

Em 17 de abril de 2023, a Companhia, realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, no valor total de R\$ 73.000.000,00, a uma taxa de remuneração DI + 3,5000% e vencimento em 17 de dezembro de 2024. A emissão das debêntures está alinhada com a estratégia do grupo, tendo como finalidade fins gerais corporativos, incluindo capital de giro e reforço de caixa. Devido a essa nova dívida, o grupo Breitenener constituiu garantias em favor do atual e único debenturista, o Santander, as quais só podem ser liberadas conforme requerimentos previstos na escritura de emissão.

CONCLUSÃO

Apesar do cenário adverso de 2023, a Companhia teve resultado consolidado sólido com faturamento superior ao ano anterior, uma redução importante nos custos operacionais possibilitando um aumento do lucro operacional. As usinas operaram na geração de energia atendendo à totalidade dos seus contratos com excedente de 2,6% da geração contratada. A companhia encerrou o ano com uma posição de caixa robusta, assegurando flexibilidade financeira para apoiar as operações e os investimentos futuros.

Importante ressaltar que a diretoria dos acionistas e administradores da Companhia é sempre colocar a vida em primeiro lugar e reforçando a cultura de segurança junto aos seus colaboradores internos e externos. Esse compromisso com a segurança e o bem-estar não apenas reflete a responsabilidade corporativa, mas também reforça a confiança e a sustentabilidade no âmbito operacional.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Breitenener Energética S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Breitenener Energética S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações.

Todas as informações relevantes ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Manaus/AM, 28 de março de 2024.

A Administração

Paulo Alexandre Macedo de Almeida
Diretor PresidenteMario Humberto de Souza Lopes
Diretor AdministrativoFabiola Milane Nobre Andrade
Diretora TécnicaPaula Barcellos Loureiro
Diretora Jurídica

BREITENER ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	31.12.2022	2023	31.12.2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	83.883	111.049	77.610	69.378
Contas a receber, líquidas	6	275.943	291.135	54.903	51.901
Estoques	7	49.050	59.618	-	-
Imposto de renda e contribuição social	14.1	55.682	52.694	4.604	1.765
Impostos e contribuições	14.1	7.601	2.729	-	-
Dividendos	-	-	-	11.008	4.886
Adiantamento a fornecedores	-	3.985	3.496	64	12
Outros	-	781	-	-	1
	-	476.925	520.721	148.192	127.943
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	6	387.318	589.490	249.978	277.747
Mútuos com partes relacionadas	13	306	306	-	-
Depósitos judiciais	21.1	2.964	2.210	432	342
Imposto de renda e contribuição social	14.1	75.109	72.626	-	-
Impostos e contribuições	14.1	195.233	190.619	-	-
Prêmio de seguros	-	4.272	-	69	-
	-	665.492	854.945	250.785	278.089
Investimentos	8.2	-	-	-	-
Imobilizado	9	9.913	9.913	554.410	631.436
	-	675.405	864.858	812.859	917.189
Total do ativo	-	1.152.330	1.385.579	961.051	1.045.132
Passivo					
Circulante					
Debêntures	12	90.676	82.984	90.676	82.984
Fornecedores	11.1	7.301	18.040	936	555
Partes relacionadas	-	201	201	201	201
Imposto de renda e contribuição social	14.1	45.594	56.907	1.750	1.500
Impostos e contribuições	14.1	9.932	10.732	637	455
Programa de regularização fiscal	14.2	2.727	3.352	-	-
Salários, férias, encargos e participações	-	10.534	12.579	1.752	2.048
Provisão para gastos de P&D	-	10.343	7.511	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.5	-	99.479	-	99.479
Outras contas e despesas a pagar	-	357	424	2	11
	-	177.665	292.209	95.954	185.853
Não circulante					
Debêntures	12	-	44.072	-	44.072
Contas a pagar de aquisição	11.2	71.511	50.094	3.868	3.868
Mútuos com partes relacionadas	13	-	18.040	936	555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.4	98.645	156.862	14.357	21.412
Programa de regularização fiscal	14.2	1.249	4.690	-	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	21.1	745	38.528	-	-
Fornecedores - LP	11.1	3.546	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.5	99.479	-	99.479	-
Outras contas e despesas a pagar	-	9197	-	-	-
	-	275.175	303.443	165.605	69.352
	-	452.840	595.692	261.559	255.205
Patrimônio líquido					
Capital social	-	519.458	592.458	519.458	592.458
Reserva de capital	-	100	100	100	100
Reservas de lucros	-	236.110	236.110	236.110	236.110
Prejuízos acumulados	-	(56.176)	(38.741)	(56.176)	(38.741)
	-	699.492	789.927	699.492	789.927
Total do passivo e patrimônio líquido	-	1.152.330	1.385.579	961.051	1.045.132

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	-	(17.435)	(94.788)	(17.435)	(94.788)
Ajustes para:	-	-	-	-	-
Resultado de participações em investimentos	8.2	-	-	(51.732)	63.421
Depreciação e amortização	-	-	18	-	-
Reversão e Provisão de Perdas de crédito esperadas - PCE	6.3	(13.665)	19.298	-	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	12	(43.860)	47.344	(5.273)	5.253
Juros sobre debêntures	12	19.339	-	19.339	-
Apropriação de custo	12	905	-	905	-
Receita de juros sobre mútuos com partes relacionadas	13.2	(3.308)	-	(2.570)	-
Perda de dívida com partes relacionadas	13.2	79.673	-	42.754	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	14.3	(58.216)	(33.744)	(7.055)	(7.871)
Reversão e provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	21.1	(37.783)	37.110	-	-
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber	-	424	(377.638)	(14.292)	(22.447)
Contas a receber - arrendamento financeiro	10.1	278.425	265.127	44.801	42.132
Estoques	-	10.568	39.783	-	-
Outros ativos	-	(6.187)	2.396	(212)	35
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	(7.193)	(15.157)	381	208	
Outros passivos	10.105	60.292	(304)	4.709	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.663)	(41.636)	(1.500)	(962)	
Recursos líquidos gerados pelas atividades					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição imobilizado	-	-	(18)	-	
Dividendos recebidos	-	-	-	144.585	
Mútuos com partes relacionadas	13.2	(76.671)	-	(40.489)	
Recursos líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de Debêntures	12	73.000	244.098	73.000	244.098
Amortização de Debêntures	12	(109.925)	(70.496)	(109.925)	(70.496)
Pagamento de Juros sobre as Debêntures	12	(19.699)	(46.546)	(19.699)	(46.546)
Redução de capital	-	(73.000)	-	(73.000)	-
Mútuos com partes relacionadas	13.2	-	-	47.901	-
Recursos líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	(129.624)	127.056	(81.723)	127.056
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	(27.166)	35.443	8.231	61.331

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Prejuízo do exercício	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
	(17.435)	(94.788)	(17.435)	(94.788)
Total	(17.435)	(94.788)	(17.435)	(94.788)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Resultado financeiro líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Resultado financeiro líquido	19	(23.033)	106.105	(53.395)	17.394
Recargas financeiras	19	61.219	118.408	15.233	10.501
Despesas financeiras	19	(105.538)	(28.577)	(68.895)	(28.352)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	19	21.286	16.354	267	457
Resultado de participação em investimentos	-	-	-	51.732	(63.421)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social					
Prejuízo antes do imposto de renda					
Imposto de renda e contribuição social	14.3	20.772	(19.061)	5.424	7.871
Prejuízo do exercício	15.6	(17.435)	(94.788)	(17.435)	(94.788)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	-	(0,03)	(0,16)	(0,03)	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Capital subscrito e integralizado		Incentivos fiscais	Legal	Reserva de lucros	Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
	2023	2022					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	519.458	592.458	100	26.981	209.129	56.047	884.715
Prejuízo do exercício (representado)	-	-	-	-	-	(94.788)	(94.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (representado)	519.458	592.458	100	26.981	209.129	(38.741)	789.927
Redução de capital	-	-	-	-	-	(73.000)	(73.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(17.435)	(17.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	519.458	592.458	100	26.981	209.129	(56.176)	699.492

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Breitener Energética S.A. ("Breitener" ou a "Companhia"), teve, inicialmente, como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBE), para suprimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará. Após cumpridas integralmente suas obrigações decorrentes do contrato com a CBE, em abril de 2005, a Companhia focou todos os recursos na transferência de sua planta em Maracanaú/CE para Manaus/AM, visando a implantação de duas usinas termoeletricas, na mesma localidade, com o objetivo de fornecer energia elétrica a região norte do país. Em agosto de 2021, a Breitener Holding Participações S.A. ("Breitener Holding"), subsidiária integral da Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Ceiba Energy"), uma investida da Denham Capital, uma empresa de investimento global em infraestrutura, energia e recursos sustentáveis, celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras ("Petrobras") e outros acionistas minoritários, um contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual a Breitener Holding se comprometeu a adquirir a participação societária de 100% na Breitener Energética S.A. ("Aquisição"). O encerramento desta aquisição ocorreu em novembro de 2021, quando a Ceiba Energy passou a deter 100% do controle acionário da Breitener e de suas subsidiárias, Breitener Jaraqui S.A. ("Jaraqui") e Breitener Tamboqui S.A. ("Tamboqui"), em conjunto com a Jaraqui, as "SPEs". A Breitener Energética encerra o ano de 2023 com Capital Circulante Negativo (CCN) de aproximados R\$ 47.241, proveniente da 2ª emissão de debêntures. Entretanto, a Companhia amortiza sua dívida por meio do fluxo de remessas de dividendos e empréstimos de mútuo de suas investidas Breitener Tamboqui e Breitener Jaraqui, o que mantém o caixa com recursos suficientes para garantir suas obrigações operacionais e suas garantias com seu único debenturista, o Banco Santander. **Contrato de fornecimento de energia e arrendamento mercantil dos equipamentos:** Atendendo a obrigação contratual específica, a Companhia criou duas subsidiárias, Sociedades de Propósito Específico (SPE) - Breitener Tamboqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. - que assumiram os contratos de fornecimento de energia celebrados em 4 de maio de 2005 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME (antiga Manaus Energia S.A.). Estes contratos têm vigências de vinte anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do índice geral de preços ao mercado - IGP-M, vide nota explicativa 4.5. As cláusulas contratuais estabelecem (i) a disponi-

bilização mensal de 120 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica, (ii) que a operação e a manutenção da planta termoeletrica sejam efetuadas pela Companhia e (iii) que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou heat rate será resarcido pela arrendatária, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL - Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados. Para iniciar a operação, as subsidiárias alugaram da Breitener Energética S.A. os motores transferidos de Maracanaú/CE e assumiram os custos de transporte e instalação, dentre outros. Os contratos preveem que as plantas termoeletricas arrendadas pela Companhia, bem como os motores de propriedade das suas subsidiárias, serão revertidas para o patrimônio da arrendatária sem qualquer indenização devida, findo os prazos de vigência dos contratos em maio de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2021, a atual acionista integral da Companhia, Breitener Holding e Participações S.A. aprovou a realização da cessão obrigatória para a Breitener Energética S.A. das obrigações da Emissora Original, vide nota explicativa 12 - Debêntures. Em 27 de janeiro de 2022, a Breitener Energética S.A. concluiu a cessão obrigatória junto a Breitener Holding Participações S.A., nos termos do Contrato de Cessão e Assunção Onerosa de Obrigações e Avenças, por meio do qual a dívida oriunda das debêntures e da escritura de emissão foi absorvida integralmente pela Companhia naquela data. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. A primeira emissão de debêntures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM 476, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024. No dia 2 de fevereiro de 2023, as companhias Breitener receberam propostas para a rescisão consensual dos contratos OC 1815/2005 e 1816/2005, firmados com a ELETRONORTE e suas subsidiárias, Breitener Tamboqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. As propostas sugerem finalizar o CBR vigente, a transferência dos ativos das UTEs para a Eletronorte e transferir a responsabilidade de operação e manutenção das UTEs para a mesma. O objetivo é trocar os acordos atuais por novos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) com a Amazonas Energia, visando a redução de despesas para a CCE e a promoção de tarifas mais acessíveis. A indenização sugerida pela rescisão segue a Cláusula 53, relativa a penalidades por rescisão, e seria paga em 12 parcelas mensais ajustadas pelo CDI. Para que a proposta se concretize, é necessária a aprovação explícita de todas as partes envolvidas, bem como a autorização da ANEEL e de outras entidades reguladoras, levando em conta os diversos aspectos

BREITENER ENERGÉTICA S.A.

regulatórios e competitivos. Em 10 de fevereiro de 2023, a direção da Breitener confirmou o recebimento das propostas e manifestou o desejo de avançar nas negociações para a conclusão amigável dos contratos. Esse entendimento inicial foi submetido à ANEL para a devida validação e permanece em avaliação até o momento da emissão destas demonstrações financeiras.

1.1. Destaques dos exercícios de 2023 e 2022. 1.2. Emissão de Debêntures: A Companhia seguiu a estratégia de seu acionista de custear a obra de outra empresa de seu grupo econômico, a Portocem Geração de Energia S.A., e buscou capitalizar seu caixa por meio da segunda emissão de debêntures, em 17 de maio de 2023, conforme a resolução CMV nº 160, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 73 milhões, com vencimento em 17 de dezembro de 2024, tendo a Vórtis DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures, conforme pode ser observado na nota 12. Com o recurso em caixa, e seguindo a deliberação de seus acionistas, a Companhia reduziu seu capital no montante de R\$ 73 milhões, e por sua vez realizou a transferência de R\$ 63 milhões em maio de 2023 e R\$ 10 milhões em dezembro de 2023 para sua acionista a Holding Participações S.A., que por sua vez realizou a transferência por meio de empréstimo de mútuo de R\$ 72.491 milhões para a Portocem. Os pagamentos das parcelas das Debêntures, foram realizadas por meio de remessas de dividendos acumulados, antecipados e empréstimos de mútuos de suas subsidiárias Breitener Tambiqui S.A. e Breitener Jaraguá S.A., conforme pode ser observado na nota 13. **1.2.1. Perda de dívida com a Portocem:** Ao longo do ano de 2023, a construção da Usina Termelétrica da Portocem Geração de Energia S.A., financiada pelos empréstimos de mútuo no valor de R\$ 80 milhões pelas empresas do grupo Breitener, Breitener Energética (R\$ 44 milhões), Breitener Tambiqui (R\$ 28 milhões) e Breitener Jaraguá (R\$ 8 milhões), foi paralisada em função da retirada do fornecedor de gás GNL, a Shell Gas & Power Developments B.V. pelo encerramento do acordo comercial de preferência de compra e venda de suprimento de gás. O contrato de suprimento de gás era vital para o empreendimento, e devido da guerra da Ucrânia, o mercado global de gás GNL foi afetado de forma sensível, o que prejudicou o avanço deste contrato, e na busca por outros fornecedores com preços e condições compatíveis ao projeto, o que tornou inviável a sua continuidade no projeto. Com a operação firmada pela Portocem do grupo Ceiba Energy fez com que os acionistas do grupo Breitener tomassem decisão estratégica de perder a dívida da Portocem com as empresas do grupo. Os valores registrados no ativo das empresas do grupo Breitener foram baixados e reconhecidos ao resultado na rubrica de outras despesas financeiras, conforme pode ser observado na nota 19, e adicionadas para fins de apuração do IRPJ e da CSLL do ano de 2023. **1.2.2. Ajuste contábil do contas a pagar com a Petrobras:** Em 21 de dezembro de 2021, Petrobras depositou uma quantia de R\$ 56 milhões para Breitener Holding, a título de reembolso de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social provenientes da competência deste mesmo ano, e devidos pelas empresas operacionais do grupo, Breitener Jaraguá e Breitener Tambiqui. Deste modo, Breitener Holding transferiu valor integral recebido para sua empresa controlada, Breitener Energética, que por sua vez repassou a mesma quantia para suas empresas controladas com acréscimo de R\$ 3 milhões, de modo a antecipar a parcela da dívida devida pelos antigos acionistas minoritários da Breitener Energética, e que até aquele momento não haviam realizado a transferência. Breitener Tambiqui e a Breitener Jaraguá realizaram a quitação destes referidos passivos tributários. As reapurações do IRPJ e da CSLL das empresas operacionais do grupo Breitener ocorreram em data posterior à operação de compra e venda das ações da Breitener Energética, e o fato que deu origem a reapuração destes tributos foi registrado na contabilidade de maneira retroativa ao dia 07 de abril de 2021, data do acordo judicial entre as empresas Breitener Tambiqui e Breitener Jaraguá com Amazônia Energia e Eletrobras (responsável solidária) de valores de reembolso de crédito relacionados ao CCC-ISOL. Posteriormente, foi celebrado Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) entre Breitener Tambiqui e Breitener Jaraguá com sua então controladora indireta, Petrobras, que resultou no reconhecimento do montante de R\$ 332 milhões no resultado da Breitener Jaraguá e de R\$ 103 milhões no resultado da Breitener Tambiqui. Os valores recalculados e pagos pela Petrobras e minoritários, de IRPJ e CSLL, também geraram créditos tributários (pagamentos devidos a maior), que no caso da Jaraguá foi no valor de R\$ 31.562, e para a Tambiqui foi de R\$ 14.664, pelos quais as Companhias geraram pedidos de restituição (Perdcpoms) em março de 2022. Os recebimentos das restituições destes tributos pela Receita Federal do Brasil serão repassados a Petrobras conforme acordo comercial entre as empresas Petrobras (vendedora) e Ceiba Energy (compradora). Os valores recebidos por transferência bancária foram reconhecidos no dia 27 de junho de 2022, como aumento de capital social, tanto para Breitener Energética, como para as empresas operacionais, que no caso da Breitener Jaraguá, reconheceu o aumento de capital de R\$ 47.595 e a Breitener Tambiqui reconheceu o aumento de capital de R\$ 22,8 milhões. A restituição dos tributos também não houve alteração no Estatuto Social das Companhias do aumento de capital, o que fez a administração em 2023, reavaliar a operação como mero reembolso de despesas, acarretando lançamento contábil de reclassificação dos valores reconhecidos no capital da Companhia para a conta de reserva lucros acumulados. Além do ajuste realizado no capital, a administração entendeu que os valores dos créditos fiscais devem ser reconhecidos como repasses para a Petrobras, por serem provenientes da gestão do antigo acionista (Petrobras) da Breitener Energética. Logo, a Companhia reclassificou os créditos fiscais reconhecidos no Ativo Circulante para o Não Circulante e reconheceu provisão de outros contas a pagar no Passivo Não Circulante contra a conta de Reserva de Lucros (vide nota 2.2). **1.2.3. Ajuste do IRPJ e da CSLL corrente e diferido:** A dia seguinte às apurações do IRPJ e da CSLL e reconhecida na base destes tributos o efeito da exclusão tributária das despesas com aquisição de ativos novos e antigos (da construção das Usinas), conforme o que preconiza os artigos 46 e 49 da Lei 12.973/14, que não foram aproveitados nas apurações das empresas Breitener Tambiqui e Breitener Jaraguá entre o período de novembro de 2021 a dezembro de 2022. O impacto fiscal resultou em ajuste contábil que foi realizado no resultado do ano de 2023, o que reduziu a despesa de IRPJ e CSLL corrente das empresas em R\$ 15 milhões na Breitener Jaraguá e R\$ 20 milhões na Breitener Tambiqui e demais efeitos nas despesas do IRPJ e da CSLL diferidos. **1.2.4. Reversão da Provisão de Contingência do CCC-ISOL:** Em 2022, a Companhia realizou provisão de contingência de débitos relacionados a contabilidade do processo administrativo nº 485000.005530/2016-25, instaurado em 09/07/2012 pela fiscalização da ANEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobras e aprovados pela ANEL. Com relação especificamente à Breitener, a ANEL concluiu pela obrigatoriedade de devolução do valor referente à quantidade de combustível que excedeu os limites do consumo eficiente, na seguinte proporção: 6.115 mil quilogramas de Óleo OC1A e PGE pela Breitener Jaraguá e proporção 10.721 mil quilogramas pela Breitener Tambiqui. Diante do cenário desfavorável, no dia 23 de janeiro de 2023, a Breitener requereu o adiantamento do pedido de reconsideração quanto à decisão de mérito, contudo, o pedido não foi deferido pela ANEL. A Breitener, em 2022, efetuou a avaliação da causa junto ao juízo e a Companhia entendeu que praticamente não havia chance de reversão do resultado, considerando que a fase de apuração da quantidade de combustíveis havia sido superada, após todas as manifestações e documentos apresentados, pode-se concluir que, enquanto não proferida decisão judicial com eficácia imediata ou que suspenda ou interfira no resultado dos processos administrativos 485000.005530/2016-13 e 485000.005531/2016-50, a Companhia entendeu ser adequada a constituição de passivo em face da Breitener. A última apuração da ANEL indica o montante de R\$ 34.431 para a Jaraguá e R\$ 75.426 para a Tambiqui com risco de perda possível, R\$ 13.502 para a Jaraguá e R\$ 23.510 para a Tambiqui como provável, tendo sido efetuada suas respectivas provisões. A empresa Breitener Jaraguá obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (Mandado de Segurança nº 1074231-92.2023.4.01.3409), a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos. A empresa Breitener Tambiqui obteve pela via judicial, no âmbito do TRF-1 (agravo de instrumento de n. 1030367-19.2023.4.01.0000), a concessão do efeito suspensivo, tendo inclusive contratado seguro-garantia do valor do débito acrescido de 30%, de modo que os efeitos da decisão proferida na via administrativa estão suspensos. Em decorrência do exposto, o escritório de advocacia que patrocinou a causa, Nunes Fernandes Advogados e Associados, em novembro de 2023, alterou o prognóstico da causa para possível da Breitener Tambiqui e Jaraguá, tendo como argumento que eventual ação judicial, com o objetivo de discussão do mérito da cobrança, possui chance de êxito favorável para a Companhia. Desta forma, a Breitener Tambiqui reverteu em dezembro de 2023 a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R\$ 23.660, e a Breitener Jaraguá, no mesmo mês, reverteu a provisão constituída em 2022 no montante atualizado de R\$ 13.502.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão auxiliar, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations). Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o presente estão, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2024, autorizou a divulgação dessas Demonstrações Financeiras. **2.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras do grupo estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.2. Representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Os ajustes refletidos nesta nota de representação, foram oriundos da revisão contábil que a Companhia realizou no ano de 2023, que está contextualizada na NE 1.1.3, e demonstrado nos quadros abaixo. As representações demonstram o impacto no investimento da Breitener Energética, proveniente dos resultados representados de 2022 que foram afetados pela constituição de provisão (repasse de restituições de tributos a Petrobras) nas Companhias Tambiqui e Jaraguá, além de restituições recebidas pela Breitener Energética a serem repassadas para a Petrobras. Além disso, ocorreu o impacto da reversão do aumento de capital em 2021, cuja natureza é reembolso de despesas com tributos, e que afetou a conta de Lucro (Prejuízos) Acumulados. (I) Balanço patrimonial

	Controladora		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Ativo			
Outros	127.943	-	127.943
Total circulante	127.943	-	127.943
Investimento	677.663	(46.227)	631.436
Outros	285.752	1	285.753
Total não circulante	963.415	(46.226)	917.189
Total	1.091.358	(46.226)	1.045.132
	Controladora		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Passivo			
Outros	185.853	-	185.853
Total circulante	185.853	-	185.853
Contas a pagar de aquisição	-	3.868	3.868
Outros	65.484	-	65.484
Total não circulante	65.484	3.868	69.352
Capital social	648.505	(56.047)	592.458
Reserva de capital	100	-	100
Reservas de lucros	236.110	-	236.110
Prejuízo acumulado	(44.694)	5.953	(38.741)
Total no PL	840.021	(50.094)	789.927
Total	1.091.358	(46.226)	1.045.132

	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Ativo			
Imposto de renda e contribuição social	98.920	(46.226)	52.694
Outros	468.027	-	468.027
Total circulante	566.947	(46.226)	520.721
Imposto de renda e contribuição social	26.400	46.226	72.626
Outros	792.732	-	792.732
Total não circulante	818.632	46.226	864.858
Total	1.385.578	-	1.385.579

	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Passivo			
Outros	292.209	-	292.209
Total circulante	292.209	-	292.209
Contas a pagar de aquisição	-	50.094	50.094
Outros	253.349	-	253.349
Total não circulante	253.349	50.094	303.443
Capital social	648.505	(56.047)	592.458
Reserva de capital	100	-	100
Reservas de lucros	236.110	-	236.110
Prejuízo acumulado	(44.694)	5.953	(38.741)
Total no PL	840.021	(50.094)	789.927
Total	1.385.579	-	1.385.579

(ii) Demonstração do resultado:

	Controladora		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	945	(5.866)	(4.921)
Resultado de participações em investimentos	(17.195)	(46.226)	(63.421)
Outros	(28.444)	-	(28.444)
Prejuízo do exercício	(44.694)	(50.094)	(94.788)

	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(60.558)	(50.094)	(110.652)
Outros	15.864	-	15.864
Prejuízo do exercício	(44.694)	(50.094)	(94.788)

(iv) Demonstração do resultado abrangente:

	Controladora e Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(44.694)	(50.094)	(94.788)
Resultado abrangente total	(44.694)	(50.094)	(94.788)

(vi) Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

	Controladora e Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022	884.715	-	884.715
Prejuízo do exercício	(44.694)	(50.094)	(94.788)
Total do patrimônio líquido	840.021	(50.094)	789.927

(viii) Demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(44.694)	(50.094)	(94.788)
Resultado de Participações em investimentos	17.195	46.226	63.421
Outros passivos	841	3.868	4.709
Outros	(34.673)	-	(34.673)
Total de caixa gerado	(61.331)	-	(61.331)
	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(44.694)	(50.094)	(94.788)
Outros passivos	841	50.094	50.935
Outros	8.410	-	8.410
Total de caixa gerado	(35.443)	-	(35.443)

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS SÃO:

As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as práticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. **As notas que apresentam políticas contábeis materiais são:** **Notas Explicativas:** 5. Caixa e equivalentes de caixa; 6. Contas a receber; 7. Estoque; 8. Investimentos; 10. Arrendamento mercantil; 11. Fornecedores; 14. Tributos; 15. Patrimônio Líquido; 16. Receita de serviços; 17. Custos e despesas por natureza; 21. Processos judiciais e contingências. **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.1.1. Ativos financeiros:** a) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. b) **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: c) **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais e Valor justo por meio do resultado todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.2. Passivos Financeiros:** a) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. b) **Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento mensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **4.1 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 21. **4.2 Tributos diferidos sobre o lucro:** A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia. A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na nota explicativa 14. **4.3 Perdas de crédito esperadas:** A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outros. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais

BREITENER ENERGÉTICA S.A.

Breitener Tambaqui, vide nota explicativa 1, anualmente em janeiro é efetuada a remensuração das parcelas a vencer do contrato, com base no IGP-M. Os valores do consolidado são referentes aos contratos de arrendamento da Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., vide nota explicativa 1, os quais são atualizados anualmente em novembro, sendo efetuada a remensuração das parcelas e dos juros. A atualização monetária aplicada no fluxo do arrendamento entre a Breitener Energética x Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui em 31 de dezembro de 2023 foi de -3,18 % em decorrência da variação negativa do IGP-M observada no período. A taxa de desconto aplicada no fluxo do arrendamento entre as Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a Eletrobrás em 31 de dezembro de 2023 foi de 11,5% e 13,7%, respectivamente. **Prática contábil:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. No mês de novembro de cada ano, ocorre o reajuste dos fluxos dos arrendamentos da Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui com a Eletrobrás, onde as parcelas a vencer e juros a apropriar são calculados com base no IGP-M, sendo contabilizada a remensuração na receita financeira da Companhia e no contas a receber. O contrato de aluguel das plantas da Breitener Energética com suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, é atualizado anualmente em dezembro, também conforme o IGP-M e segue o mesmo racional de contabilização do arrendamento de suas controladas com a Eletrobrás, porém gerando um contas a pagar e despesa financeira nas mesmas, por se tratar de arrendamento passivo na Jaraqui e Tambaqui. Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente. Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

11. CONTAS A PAGAR

11.1. Fornecedores:		Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022	2022
Terceiros no País	7.301	14.740	936	417	
Partes relacionadas (i) (NE 13.1)	-	3.300	-	139	
Total a curto prazo	7.301	18.040	936	555	
Terceiros no País	3.546	-	-	-	
Total a longo prazo	3.546	-	-	-	
	10.847	-	936	-	

Os fornecedores no consolidado estão relacionados às compras de materiais e suprimentos, pagamentos de seguros e aquisição de serviços diversos. Nas compras efetuadas por meio de invoices emitidas por clientes do exterior, tendo como principal fornecedor da Breitener, a Inbio Jenbacher GmbH & CO OG, os materiais passam pela conversão da moeda estrangeira para o Real na data do pagamento da referida invoice, além de sofrer os gastos com despesas aduaneiras, além do pagamento da taxa Siscomex, que é um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, além do frete. Quando se faz necessário a troca de alguma mercadoria internacional adquirida com defeito, os contratos preveem que a Companhia será responsável apenas pela despesa acessória, sendo o frete, enquanto os demais gastos são cobertos pela garantia do fornecedor.

11.2. Contas a pagar de aquisição:

	Saldo em 2022	Provisão	Reversão	Controladora
	Reapresentação	-	-	Saldo em 2023
Restituição de IRPJ e CSLL 2021 (i)	-	-	-	3.868
Total	3.868	-	-	3.868

(i) Restituições de impostos ocorridas em dezembro de 2022 a ser repassado para a Petrobrás

	Saldo em 2022	Provisão	Reversão	Consolidado
	Reapresentação	-	-	Saldo em 2023
Reprocessamento de impostos (i)	46.226	-	-	46.226
Retenção de impostos (ii)	-	8.924	-	8.924
Atualização de impostos (iii)	-	12.492	-	12.492
Restituição de IRPJ e CSLL 2021	3.868	-	-	3.868
Total	50.094	21.416	-	71.511

(i) Valor inerente ao reconhecimento do passivo com a Petrobrás referente reprocessamento de impostos ocorridos em 2021 e que não constam no contrato de compra e venda (SPA), vide nota 1.1.1. (ii) Reembolsos recebidos em 2022 referentes valores de CCC de períodos anteriores e que não constam no contrato de compra e venda (SPA). (iii) Atualização do item (i) com base na atualização monetária pela correção do Juros Selic.

12. DEBÊNTURES

Debêntures	Natureza	Taxas	31.12.2023	31.12.2022
1ª e 2ª emissão	Não conversíveis em ações	CDI (i)	90.676	127.056
Total			-	127.056
Circulante			90.676	82.984
Não circulante			-	44.072

(i) A Companhia possui spread bancário em 31 de dezembro de 2023 de 3,5%, sendo o cálculo dos juros com base na taxa Di + 3,5%. Referem-se a emissão, através da Breitener Energética, de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, ressaltadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, quando a emissora se obriga a efetuar o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, calculados pro rata temporis desde a data de subscrição e integralização ou da data de último pagamento dos juros remuneratórios, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela emissora, nos termos da escritura de emissão, em até três dias úteis a contar do recebimento da correspondência pela emissora. As debêntures deverão ser emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de caules ou certificados representativos das debêntures. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. pela Breitener Holding Participações S.A. Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários ("DI") de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., acrescida de uma sobretaxa de 4,00%, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a possibilidade de redução de margem nos termos contratuais ("juros remuneratórios"). A primeira emissão de debêntures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM nº 476, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. O saldo do valor nominal unitário das debêntures deverá ser amortizado pela Emissora em parcelas consecutivas, sendo que a 1ª (primeira) foi paga no dia 09 de dezembro de 2021, ainda pela Breitener Holding. Em 05 de janeiro de 2023, em uma reunião de diretoria, a Breitener Holding deliberou sobre o reembolso por parte da subsidiária Integral Breitener Energética S.A. de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única nos termos da Lei nº 6.385 e Instrução CVM nº 467. Assim, ficou deliberado que a Breitener Energética deveria restituir à Breitener Holding os recursos no valor total de R\$18.044 a título de reembolso do pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas de amortização das Debêntures em 09 de dezembro de 2021 e 09 de janeiro de 2022.

	2023	2022
Saldo inicial	127.056	-
Cessão	73.000	244.098
Juros incorridos	19.339	(46.546)
Juros pagos	(19.699)	-
Comissão por emissão de debêntures	905	-
Amortização	(109.925)	(70.496)
Total	90.676	127.056

A segunda emissão de debêntures foi realizada pela Breitener Energética S.A. em 17 de maio de 2023, conforme a resolução CVM nº 160, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 73.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Em 2023, a Breitener Energética possui como cláusula restritiva das debêntures a serem vendidas o atingimento do "índice mínimo de cobertura do serviço da dívida" - ICSM mínimo, de acordo com a escritura de emissão das debêntures. O ICSM mínimo de 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), de acordo com (a) as demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora; ou (b) eventualmente, no caso da distribuição de dividendos intermediários (trimestral ou semestralmente), com base nas demonstrações financeiras internas consolidadas auditadas da Emissora para os últimos 4 (quatro) trimestres consecutivos imediatamente anteriores encerrados, foi alcançado em 16 de maio, 15 de agosto e 16 de novembro de 2023.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia segue a política de transações que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Esta política orienta na celebração de transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios: Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado. Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia. Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia. Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros. Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

4.1. Transações com partes relacionadas:

				Controladora	
				2023	2022
				Reapresentado	
	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Breitener Holding	Total	Total
Ativo Circulante					
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	11.008	-	11.008	4.886
Arrendamento mercantil financeiro	22.111	22.145	-	44.256	44.066
Outras contas a receber	-	6.436	-	6.436	6.434
Total	22.111	39.589	-	61.700	55.386

				Controladora	
				2023	2022
Ativo não circulante					
Arrendamento mercantil financeiro	10.793	10.833	-	21.626	63.894
Reembolso da Petrobras	-	-	3.181	3.181	3.101
Mútuos	-	-	306	306	-
Debêntures - Repasse da dívida	-	-	225.000	225.000	210.751
Total	32.904	50.422	228.487	311.813	333.132

				Controladora	
				2023	2022
Passivo Circulante					
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	99.479
Mútuos	-	47.901	-	47.901	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	99.479	99.479	-
Petrobrás a pagar	-	-	3.868	3.868	3.868
Total	47.901	103.347	151.248	103.347	2022

				Controladora	
				2023	2022
Resultado					
Resultado de arrendamento mercantil financeiro	1.423	1.300	2.722	7.995	-
	1.423	1.300	2.722	7.995	7.995
Total	1.423	1.300	2.722	7.995	7.995

				Controladora	
				2023	2022
Ativo Não Circulante					
Valores a serem reembolsados pela Petrobras	-	28.553	28.553	20.333	-
Mútuos	-	306	20.700	20.700	-
Debêntures - Repasse da dívida	-	225.000	225.000	210.751	-
Outras contas a receber	-	-	-	3.100	-
Total	274.253	274.253	274.253	234.184	2022

				Controladora	
				2023	2022
Passivo Não Circulante					
Petrobrás a pagar (i)	-	71.511	71.511	50.094	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	99.479	99.479	99.479	-
Total	71.511	170.990	170.990	149.573	149.573

No exercício de 2023 não há transações com partes relacionadas a serem apresentadas no ativo não circulante e no resultado do consolidado da Companhia. (i) Este valor refere-se ao reconhecimento de reembolsos a serem efetuados à Petrobrás a título de restituição de impostos pagos a maior inerentes ao reprocessamento ocorrido em 2021 e reembolsos de CCC ocorridos em 2022.

13.2. Mapa de movimentação dos mútuos:

						Controladora	
						2023	2022
Ativo não circulante							
Portocem Geração de Energia S/A	Saldo em 31/12/22	Mútuo	Juros	Perdão de dívida	Saldo em 31/12/23	-	-
Breitener Holding e Participações S/A	-	40.184	2.570	(42.754)	306	-	-
	-	306	-	-	306	-	-
		40.489	2.570	(42.754)	306		

						Controladora	
						2023	2022
Passivo não circulante							
Breitener Tambaqui S/A	Saldo em 31/12/22	Mútuo	Juros	Perdão de dívida	Saldo em 31/12/23	-	-
	-	47.901	-	-	47.901	-	-
	-	47.901	-	-	47.901	-	-
		47.901	-	-	47.901		

						Controladora	
						2023	2022
Ativo não circulante							
Portocem Geração de Energia S/A	Saldo em 31/12/22	Mútuo	Juros	Perdão de dívida	Saldo em 31/12/23	-	-
Breitener Holding e Participações S/A	-	76.365	3.308	(79.673)	306	-	-
	-	306	-	-	306	-	-
		76.671	3.308	(79.673)	306		

13.3. Remuneração da administração da Companhia: O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes. Em 2023, a Breitener Energética estabeleceu a remuneração da Diretoria em R\$ 2.405. As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais da Companhia, relativas aos meses de dezembro de 2023 e 2022 foram as seguintes:

	2023		2022	
	Conselho de Administração		Conselho de Administração	
Número de membros	3	-	-	-
Número de membros remunerados	3	-	-	-

Em 10 de novembro de 2021, a Breitener Energética S.A foi impactada por uma mudança societária devido a venda da totalidade de suas ações para a Breitener Holding e Participações S.A., alterando o quadro de conselheiros remunerados e não remunerados. Os conselheiros eleitos em 2023 renunciaram a suas respectivas remunerações pela participação no conselho de administração das empresas Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética, conforme declarado em cartas de renúncias datadas de 22 de novembro de 2023.

14. TRIBUTOS

14.1. Tributos correntes:

		Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Imposto de renda		41.332	39.094	51.799	49.093	33.388	41.815
Contribuição social		14.350	13.600	23.309	25.533	12.206	15.092
		55.682	52.694	75.109	74.626	45.594	56.907
		Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
No país:		-	-	-	-	20	27
Imposto de renda retido na fonte		-	-	-	-	8.277	7.228
ICMS		418	418	-	-	808	3.477
PIS e COFINS (i)		-	2.311	34.033	30.985	-	-
PIS e COFINS Diferidos (ii)		7.161	-	-	13.184	-	-
Pis e Cofins - Excluído do ICMS da base de cálculo (iii)		22	-	161.490	146.449	-	-
Outros Impostos		-	-	-	-	827	-
		7.601	2.729	195.523	190.618	9.932	10.732

(i) Até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a Companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidas à base de cálculo do PIS e do COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a Companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. (ii) Os valores decorrem, principalmente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização das plantas industriais das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui (nota explicativa 1.1.3) (iii) Referiam-se ao PIS e COFINS decorrente de ganho de processo judicial relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (nota explicativa 1.1.4).

		Ativo Circulante		Passivo Circulante	
		2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social					
No país		-	-	-	-
Imposto de renda		3.667	1.501	1.242	50
Contribuição social		937	264	508	70
Total		4.604	1.765	1.750	120

BREITENER ENERGÉTICA S.A.

Demais impostos e contribuições

Table with columns: Ativo circulante, Passivo Circulante, 2023, 2022. Rows include Impostos retidos na fonte, PIS e Cofins, Outros impostos, Total.

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade. **14.2. Programa de Regularização Fiscal – REFIS**

Table with columns: Passivo Circulante, Passivo não Circulante, 2023, 2022. Rows include IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, Total.

Valores referentes ao parcelamento ordinário de débitos tributários solicitados pela subsidiária Breitener Jaraqui junto à Receita Federal do Brasil, de forma amigável e sem qualquer benefício financeiro. Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontram-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem suportar uma defesa no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do REFIS é composto pelos seguintes valores:

Table with columns: 31.12.2022, Atualização monetária, Pagamento, 31.12.2023. Rows include IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, Total.

14.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Prejuízo antes dos impostos, Nominais (34%), Ajustes para apuração da alíquota efetiva, Imposto de renda e contribuição social, Total.

As adições e exclusões temporárias referem-se aos ajustes dos livros fiscais para expurgar o impacto do IFRS 16, sendo esse o mais relevante ajuste temporário. A Companhia também efetua ajustes temporários para a provisão do PPP e PLR. As exclusões e adições permanentes são montantes relevantes de ajustes relacionados ao período de dívida dos empréstimos de mútuo (adição) e atualização de juros Selic sobre créditos fiscais (exclusão). **14.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante:** a) **A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:**

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Arrendamento mercantil financeiro, Imobilizado, Contas a receber, Prejuízos fiscais, Outros, Total.

A Companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social diferidos, observando o limite a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. No ano de 2023 a cia realizou ajuste nas contas de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota 1.1.4. A Administração da Companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros. **b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de outubro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2024, 2023. Rows include 17 meses até o fim do contrato do leasing, 12.217, 5.091, 17.308, 17 meses até o fim do contrato do leasing, 7.827, 3.261, 11.088, 20.469.

Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. a) Imposto de renda e contribuição social correntes: São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo a liquidar ou passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os passivos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social realizado: Durante o ano de 2023 a única acionista da Companhia determinou a redução do capital em R\$ 73.000 por considerá-lo excessivo, portanto, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 519.458 (R\$ 592.458 em 2022, conforme números representados). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 a única acionista da Breitener Energética S.A. é a Breitener Holding e Participações S.A. que detém 100% do capital da Companhia. A variação do capital é explicada nas Notas Explicativas 1.1.1 e 1.1.3. **15.2. Reserva de capital:** Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda. Conforme previsto no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76. **15.3. Reservas de lucros: Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **15.5. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores

res a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. A Companhia incorreu nos exercícios de 2023 e 2022 em prejuízo, portanto, não há proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Prática contábil:** A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JUSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas em AGO. **15.6. Resultado por ação:**

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Energética S.A., Quantidade de ações, Prejuízo do exercício básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação).

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

16. RECEITA DE SERVIÇOS

Receita bruta de serviços – O&M

Table with columns: 2023, 2022. Rows include ICM5, PIS, COFINS, Total.

A redução na receita decorre do reajuste anual de acordo com o contrato, sendo indexado ao Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em (3,46%) proveniente da variação negativa do período observado, além do governo do estado do Amazonas ter aumentado a alíquota de 18% para 20% no mês de abril de 2022. **Prática contábil:** A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

17.1. Custos dos serviços vendidos:

Table with columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include Materiais e combustíveis, Serviços, fretes, aluguéis e outros, Gastos com pessoal, Total de custos dos serviços prestados.

Prática contábil: Os custos do consolidado da Breitener Energética em 2023 relacionados a materiais e combustíveis, se referem aos materiais e suprimentos baixados do estoque para consumo, seja para a operação ou manutenção da usina, como, por exemplo, peças e óleo combustível. A saída do material do estoque é contabilizada por meio do custo médio, tendo em vista as diversas entradas no estoque que a Companhia possui, com diferentes preços de aquisição e datas distintas. O custo com pessoal é contabilizado por meio das folhas de pagamento, guias de recolhimento do INSS e demais informações necessárias atreladas aos funcionários da Companhia. Os serviços, frete, aluguéis e outros são contabilizados em contrapartida ao caixa ou fornecedores, sendo eles referentes a serviços de reparação, manutenção e instalação de equipamentos, consultoria relacionada à operação, taxas portuárias, licenças e condicionantes ambientais, entre outros.

17.2. Despesas de vendas:

Table with columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include Reversão (constituição) de perdas de crédito esperadas – PCE.

17.3. Despesas gerais e administrativas:

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Serviços, fretes, aluguéis e outros, Serviços Jurídicos, Gastos com pessoal, Total de despesas.

17.4. Despesas tributárias:

Table with columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include PIS sobre outras receitas, COFINS sobre outras receitas, Impostos s/ op finac, Outras despesas tributárias, Total.

18. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Receltas/Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (i), Reversão (constituição) de processos judiciais e administrativos (NE 1.1.5), Recuperação de PIS e Cofins – Exclusão do ICM5 na base de cálculo, Receita de locação terreno, Obrigações com P&D, Outras despesas operacionais (ii), Participação nos Lucros, Ajustes de contas receber (Direito de uso) (iii), Reversão de PCLD, Provisão de impostos a restituir (iv), Outras, Total.

(i) Despesas eventuais e impacto da reversão de reembolso com a Petrobras; (ii) Baixas de contas a receber e a pagar da gestão Petrobras; (iii) Ajuste referente a renemuração do contas a receber. (iv) Valor a ser reembolsado para a Petrobras conforme NE 1.1.3.

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Receitas financeiras, Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro (i), Receita com recebíveis de ativos financeiros, Outras Receitas (ii), Despesas financeiras, Juros sobre debêntures, Reversão de perdas de crédito esperadas – PCE, Perda de dívida (NE 1.1.2), Outras despesas (iii), Variações monetárias e cambiais, líquidas, Atualização monetária sobre impostos a recuperar, Variação cambial sobre fornecedores, Atualização monetária sobre P&D (iv), Atualização monetária sobre depósitos judiciais, Total.

(i) Variação proveniente do ajuste do IGPM do contrato de arrendamento mercantil das empresas do grupo com a AmE; (ii) Variação proveniente do reconhecimento de juros do contrato de mútuo com a PECEM; (iii) Reconhecimento das comissões bancárias de gestão da dívida com emissão de debentures; (iv) Atualização de juros Selic relacionado ao passivo de P&D.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Table with columns: Consolidado, Controladora, 2023, 2022. Rows include Valores pagos durante o exercício, Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros, Total.

BREITENER ENERGÉTICA S.A.

21. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

21.1. Processos judiciais provisionados: A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: Demandas trabalhistas, destacando-se reclamações trabalhistas nas quais as Breitener Tambaqui, Breitener Jarauqui e/ou Breitener Energética figuram como responsáveis subsidiária pelas obrigações não adimplidas pelas empresas contratadas para prestação de serviço terceirizado. Traz-se especial destaque à Execução Provisória nº 0000467-03.2023.5.11.0014, na qual resta incontroversa a responsabilidade da Breitener Jarauqui por parte do crédito pleiteado na demanda. - Ações cíveis, especialmente (i) o Cumprimento de Sentença nº 0736999-09.2018.8.07.0001, relativo à condenação em honorários sucumbenciais das subsidiárias Breitener Jarauqui e Breitener Tambaqui em decorrência da improcedência da Ação nº 0026960-96.2015.8.07.0001 (nº antigo: 2015.01.1.089956-7), ajuizada visando impedir a aplicação de glosa pela Amazonas Distribuidora de Penalties por indisponibilidade desde o ano de 2015; (ii) os processos administrativos nº 48500.005530/2016-13 e 48500.005531/2016-50 (Contingências) cujo discute-se a exigência de reembolso realizado supostamente a maior pela CEE E Breitener Jarauqui e Breitener Tambaqui e onde se encontra monetizada a cobrança relativa ao consumo excessivo de combustível apurado no processo administrativo nº 48500.004046/2012-35. Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Processos trabalhistas	745	23	-	-
Processos cíveis	-	37.337	-	-
Processos fiscais	-	1.168	-	-
Total	745	38.528	-	-
Passivo não circulante	745	38.528	-	-
Saldo Inicial	38.528	1.418	-	-
Adição / (reversão), líquida	(36.776)	36.776	-	-
Atualização de juros	(1.007)	334	-	-
Saldo final	745	38.528	-	-

As reversões ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se à reversão por alteração de prognóstico de provável para possível em três processos administrativos em curso perante a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), no montante de R\$ 36,7 milhões, relativos à fiscalização do reembolso dos custos de geração nos Sistemas Isolados pela Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), em conformidade com o previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2011, no período de 30/07/2009 a 30/04/2017. Na preparação das demonstrações financeiras de 2023, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de desembolso financeiro. Dentre os valores estimados, é passível reembolso pelo antigo acionista da Companhia, a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), nos termos da Cláusula 10.9 (Contingências) do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Breitener Holding e Participações S.A., na qualidade de compradora, a Petrobras, na qualidade de vendedora, e a Companhia, na qualidade de interveniente-ante, em 27 de agosto de 2022.

21.2. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante				
Fiscais	2.949	2.210	432	342
Trabalhistas	15	-	-	-
Total	2.964	2.210	432	342

21.3. Processos judiciais não provisionados: Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Natureza				
Trabalhistas	1.106	3.685	-	56
Cíveis	108.562	124.366	-	-
Fiscais	34.363	32.306	162	12.368
Ambientais	7.335	6.263	15.907	-
Total	151.366	166.620	16.069	12.424

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Autor: União Federal

1) Incidência de ICMS sobre transferência de imobilizado para o estado do Amazonas. 2.841 12.209

Situação atual: A execução fiscal encontra-se suspensa, ante o deferimento de efeito suspensivo no processo de embargos à execução. Execução Fiscal nº 0014580-48.2015.4.01.3200, vinculada à Ação Anulatória nº 0009514-87.2015.4.01.3200
2) Pedidos de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência do crédito declarado. Contingência passiva possível relativa aos processos administrativos nº 10283.901691/2021-28, 10283.900858/2018-38, 10283.901711/2021-61, 10283.902799/2014-17, 10283.902801/2014-40, 10283.902802/2014-94, 10283.720943/2017-33, 10283.900859/2018-82 e 11080.737483/2018-11. 14.848 10.657

Situação atual: Julgadas improcedentes as Manifestações de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.

Autor: Estado do Amazonas

1) Execução Fiscal nº 0802003-50.2013.8.04.0001 objetivando a cobrança de suposto débito de ICMS supostamente decorrente da entrada de mercadorias de outras unidades da federação sem o devido recolhimento do ICMS-Antecipado. Situação atual: Execução suspensa até o trânsito em julgado dos Embargos nº 0241799-97.2013.8.04.0001, onde foi proferida sentença de procedência para extinguir o referido débito tributário. Atualmente aguardamos o julgamento do recurso de apelação interposto pelo estado do Amazonas. 16.037 9.440

2) Processos diversos de natureza fiscal 637 32.306

Total dos processos de natureza fiscal 34.363 62.306

Estimativa

2023 2022

Descrição do processo de natureza ambiental

Autor: Secretaria Municipal Meio Ambiente de Manaus

1) Descumprimento de natureza 018/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente. 7.335 6.263

Situação atual: Aguardando julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.

Total dos processos de natureza ambiental 7.335 6.263

Estimativa

2023 2022

Descrição dos processos de natureza trabalhista

Autor: Wellington Barreto de Oliveira

1) Trata-se de pagamento de horas extras e adicional noturno. 771 3.232

Situação atual: Apresentação agravo de instrumento em recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando julgamento.

Autor: Outros

1) Processos diversos de natureza trabalhista 335 453

Total dos processos de natureza trabalhista 1.106 3.685

Estimativa

2023 2022

Descrição do processo de natureza cível

Autor: ANEEL

Referê-se ao processo administrativo de fiscalização da ANEEL ao consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados). 105.018 109.857

Situação atual: Aguardando avaliação pela ANEEL.

Autor: União Federal

1) Trata-se de ação ordinária, através da qual a Breitener pretende a declaração de nulidade dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013. - 11.538

2) Processos diversos de natureza cível. 3.544 2.971

Total dos processos de natureza cível 108.562 124.366

21.4. Contingências Ativas: 21.4.1. Acordo Judicial com a Amazonas Energia S.A. - AME e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui, assinaram acordo judicial com a AME e Eletrobras, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2. Os valores acordados entre as partes, no montante de R\$ 436,025, foram calculados de acordo com os parâmetros de atualização monetária e juros estabelecidos nas decisões judiciais proferidas em cada ação judicial. Com a assinatura do acordo judicial com a Amazonas Energia S.A. e Eletrobras, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui, resolvem os pleitos judiciais relacionados aos processos mencionados abaixo, todavia estes não serão extintos enquanto não cumpridas e satisfeitas integralmente as parcelas e demais obrigações atinentes ao contrato. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento dos acordos firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. Os processos mencionados a seguir encontram-se suspensos desde a homologação judicial do mencionado acordo e assim permanecerão até o adimplemento total da transação. a) **Reembolso Conta de Con-**

sumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL - Ação de Cobrança nº 0055069-28.2012.8.07.0001: Ação de cobrança em face da Amazonas Energia e da Eletrobras, com o objetivo: (i) quanto às faturas futuras, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC/ISOL, determinando que a Amazonas Energia revise e corrija as diferenças da CCC/ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (ii) quanto às faturas pretéritas, determinar que sejam pagas as diferenças de faturamento decorrentes da utilização da metodologia equivocada e legalidades utilizadas para cálculo do pagamento pela energia fornecida referente ao combustível, sem prejuízo das sobrelheiras no curso da ação, acrescidos de juros de mora e correção monetária. Houve sentença favorável às subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui, e antes do acordo judicial aguardava-se julgamento no Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. b) **Encargos Moratórios - Ação Declaratória nº 0027135-95.2012.8.07.0001, 0059523-56.2009.8.07.0001 e 0027136-80.2012.8.07.0001:** A subsidiária Breitener Jarauqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretende o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, a partir de janeiro de 2009. Posteriormente, a subsidiária Breitener Tambaqui ingressou com uma nova ação de cobrança pelo mesmo motivo acima, para as faturas relativas ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Em outubro de 2020, após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas pagas em atraso relativas ao período de julho de 2009 a dezembro de 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e Juros de mora, não cabendo mais a possibilidade de recurso à Amazonas Energia. Após iniciada fase de execução da sentença, as partes apresentaram petição conjunta para suspensão do prazo de execução, objetivando celebrar acordo para parcelamento da dívida. A subsidiária Breitener Tambaqui também ajuizou ação de cobrança pleiteando encargos moratórios referente a atraso das faturas vencidas no período de 2009 a 2012. No entanto, em agosto de 2017, foi celebrado acordo extrajudicial que prevê a quitação deste processo judicial, no montante de R\$ 106.749, em 24 parcelas, e os pagamentos das parcelas, na forma de adiantamentos, foram iniciados em agosto de 2017. No entanto, a arrendatária decidiu não quitar as três últimas parcelas residuais, em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. As parcelas inadimplidas do acordo extrajudicial, foram incluídos no acordo judicial celebrado em abril de 2021. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. c) **Penalidades - Ação de Cobrança nº 0714179-59.2019.8.07.0001:** Em 2015, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui ajuizaram ação visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável às SPES (vide item "d"). Em 2019, após a queda da liminar, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui ingressaram com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018 (Ação nº 0714179-59.2019.8.07.0001), decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e condenando as SPES ao pagamento das diferenças apuradas nas custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glosadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. d) **Divergência nos valores de potência contratada - Ação de cobrança nº 0722541-84.2018.8.07.0001:** Ação de cobrança referente a faturamentos a menor da potência contratada entre novembro de 2016 e março de 2017 em razão de aditivo contratual firmado entre as partes, no âmbito de contrato de suprimento de energia celebrado na modalidade Produtor Independente de Energia - PIE. Essa ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as SPES ao pagamento das diferenças apuradas no faturamento de suprimento do período de dezembro de 2016 a março de 2017. As partes interuseram recurso especial, e até a data do acordo aguardava-se o julgamento do Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. e) **21.4.2. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AME-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Penalidades - Ação de Cobrança nº 0739539-93.2019.8.07.0001:** Em dezembro de 2019 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui ingressaram ação judicial contra a AME-GT, por entender ser improcedente as glosas realizadas relativas às notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido à incapacidade de entregarem a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Em 21 de março de 2023 foi arquivado o processo definitivamente, com a sentença julgada como improcedente, reconhecendo a legalidade das glosas. O transitado em julgado ocorreu em 09 de fevereiro de 2023. A ação judicial contra a AME-GT não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A. - AME e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa n.º 1, o controle da Amazonas Energia S.A. - AME foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimentos de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AME-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. Nesse contexto, o acordo judicial celebrado entre as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui e a AME / Eletrobras, conforme nota explicativa n.º 1.1.2, se limitou às obrigações decorrentes do contrato de fornecimento de energia. Eletrobras. No ano de 2023 a Companhia manteve o monitoramento do adimplemento do acordo firmado em juízo, não havendo alterações relevantes sobre este tópico até o momento. b) **21.4.3. SUFRAMA - Repetição de Indébito 1003600-54.2017.4.01.3200:** Em 2017 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui ajuizaram a Ação nº 1003600-54.2017.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos pela Taxa de Serviços Administrativos - TSA na Zona Franca de Manaus a partir de 2012. Houve o trânsito em julgado da procedência da ação, de forma que atualmente aguardamos a expedição dos precatórios em favor das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui. **21.4.4. União Federal: a) Mandado de Segurança ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - 007251-29.2008.4.01.3200:** Em 2008 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jarauqui ajuizaram ação visando a restituição dos valores pagos a maior à título de PIS e COFINS, bem como obter o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos. Com o trânsito em julgado favorável da referida ação restou constituído o direito à restituição dos valores indevidamente recolhidos, o que ocorrerá via precatório a ser expedido nos autos do referido Mandado de Segurança, cujo crédito, nos termos da cláusula 10.9.8 do CCVA¹ deverá ser creditado à Petrobrás (Vendedora) nos autos do próprio processo judicial, de forma que o montante do crédito não ingressará nos caixas da Breitener. Processo encerrado e atualmente em fase de cumprimento de sentença. No ano de 2023 aguarda-se a expedição do precatório em favor da Companhia b) **Ação Judicial redução da base de cálculo da contribuição patronal:** As subsidiárias Breitener Tambaqui, Breitener Jarauqui e Breitener Energética ajuizaram ações com o objetivo de deduzir da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal as rubricas relativas ao adicional de terça de férias, aviso prévio indenizado, 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho, gratificação de 2/3 de férias firmada em acordo coletivo, horas extras e adicional de horas extras. Considerando a jurisprudência dominante, e respeito da chance de sucesso da demanda quanto à restituição dos valores pagos a maior pela Companhia, considera-se: (i) provável para a rubrica relativa aos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho; (ii) possível para a gratificação de 2/3 de férias firmada em acordo coletivo e (iii) remoto para adicional de terça de férias, aviso prévio indenizado, horas extras e adicional de horas extras. Processo suspenso até julgamento do Tema pelo Superior Tribunal de Justiça. c) **Repetição de Indébito 1004425-27.2019.4.01.3200:** Em 2019 a subsidiária Breitener Energética ajuizou a Ação nº 1004425-27.2019.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos a maior à título de IRPJ e CSLL, decorrentes de saldo negativo apurado no ano-calendário de 2013. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. d) **Pedidos de Restituição (PER) não homologados pela RFB:** Processos judiciais e administrativos nos quais discute-se a não homologação de pedidos de restituições pela Receita Federal do Brasil (RFB), aos quais atribuí-se prognóstico de ativo possível, tendo em vista a pendência de proferimento de decisão final nos processos administrativos e judiciais. Aguarda-se a apreciação dos pedidos de restituição pela Receita Federal do Brasil. e) **Repetição de Indébito IRPJ 2019 - 0011531-96.2015.4.01.3200:** Em 2015 a subsidiária Breitener Tambaqui ajuizou a Ação nº 0011531-96.2015.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos a maior à título de IRPJ e CSLL, decorrentes de saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2009. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. f) **Repetição de Indébito PIS e COFINS julho e agosto de 2015 - 1010783-71.2020.4.01.3200:** Em 2020 a subsidiária Breitener Tambaqui ajuizou a Ação nº 1010783-71.2020.4.01.3200 visando a restituição dos valores pagos em duplicidade a título de PIS e COFINS nas competências de julho e agosto de 2015. O caso encontra-se atualmente em fase de provas, aguardando o início da produção de prova pericial contábil, sendo possível a chance de êxito da demanda. g) **Limitação da base de cálculo de contribuição de terceiro a 20 salários-mínimos - 1042676-75.2023.4.01.3200:** Em 2023 as subsidiárias Breitener Tambaqui, Breitener Jarauqui e Breitener Energética impetraram Mandado de Segurança visando a limitação da base de cálculo da contribuição de terceiros a 20 salários-mínimos por CNPJ, bem como a restituição dos valores pagos a este título a partir da competência de outubro de 2018. O caso encontra-se atualmente aguardando a apreciação do pedido liminar, sendo possível a chance de êxito da demanda tendo em vista a pendência de decisão definitiva sobre o assunto pelo Superior Tribunal de Justiça (Tema 1.079/STJ). **21.4.5. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL): a) Ilegalidade da limitação de reembolso dos custos com combustível ao preço de referência da ANP - 0016572-94.2013.4.01.3400:** Em 2013 foi ajuizada ação pelas subsidiárias Breitener Jarauqui e Breitener Tambaqui visando o reembolso da CCC à luz do que determinava a Lei nº 8.631/93 e os Decretos nº 774/93 e 7246/10, sem as limitações impostas pelas Resoluções da ANEEL ao preço de referência divulgado pela ANP ou qualquer outro ato normativo superveniente. Foi proferida sentença julgando procedente a ação, porém, foi concedido efeito suspensivo à ANEEL, de forma que segue vigente a limitação do reembolso praticado ao preço de referência do combustível, divulgado pela ANP. Atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. b) **Ilegalidade da limitação de reembolso dos custos com combustível ao preço de referência da ANP - 0016572-94.2013.4.01.3400:** Em 2013 foi ajuizada ação pelas subsidiárias Breitener Jarauqui e Breitener Tambaqui visando o reembolso da CCC à luz do que determinava a Lei nº 8.631/93 e os Decretos nº 774/93 e 7246/10, sem as limitações impostas pelas Resoluções da ANEEL ao preço de referência divulgado pela ANP ou qualquer outro ato normativo superveniente. Foi proferida sentença julgando procedente a ação, porém, foi concedido efeito suspensivo à ANEEL, de forma que segue vigente a limitação do reembolso praticado ao preço de referência do combustível, divulgado pela ANP. Atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. c) **Reembolso da despesa com pagamento de ICMS - 0019637-10.2007.4.01.3400:** Em 2007 foi impetrado Mandado de Segurança pelas subsidiárias Breitener Jarauqui e Breitener Tambaqui visando o reembolso relativo ao ICMS pago na aquisição de combustível, promovidos por intermédio das CCCs, tal como se procedia anteriormente à Resolução Homologatória nº 432/07. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de Apelação de ambas as partes. **21.4.6. Fazenda Pública do Estado do Amazonas:** a) **Afastamento da retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS das receitas advindas dos contratos de suprimento de energia - Mandados de Segurança nº 002168-66.2007.4.01.3200 e 0002169-51.2007.4.01.3200:** Em 2007 foram impetrados Mandados de Segurança nº 002168-66.2007.4.01.3200 e 0002169-51.2007.4.01.3200, pelas subsidiárias Breitener Jarauqui e Breitener Tambaqui, respectivamente, visando o afastamento da retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS das receitas advindas de seus respectivos contratos de suprimento de energia. Atualmente se encontram vigentes decisões judiciais que determinaram a redução da retenção para 5,85%, sendo que em ambos os casos aguardamos o proferimento de decisão definitiva acerca do tema. **Prática contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser esti-

¹ Trata-se dos processos judiciais nº 1003611-15.2019.4.01.3200, 1000538-69.2018.4.01.3200, 1000537-84.2018.4.01.3200, 1003044-81.2019.4.01.3200, 1000553-17.2018.4.01.3200 e 1002632-53.2019.4.01.3200.
² Trata-se dos processos judiciais nº 1005254-71.2020.4.01.3200 e 1010781-04.2020.4.01.3200 e administrativos, em trâmite perante a RFB, de nº 10283.901769/2018-17, 10283.901768/2018-64, 10283.903419/2020-00, 10283.901770/2018-33, 10283.901771/2018-88 e 10283.901971/2019-11.

BREITENER ENERGÉTICA S.A.

modo de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

2.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

É de responsabilidade da área financeira da companhia planejar a gestão do caixa de curto e longo prazo, otimizar os recursos financeiros visando maior ganho e menor risco. É necessário o acompanhamento regular dos indicadores de mercado para que seja sugerida a melhor estratégia de aplicação dos recursos. As aplicações devem ser realizadas com a liquidez necessária para honrar os pagamentos previstos pelo fluxo de caixa. Devem ser permitidas somente aplicações financeiras em Renda Fixa, priorizando títulos públicos federais que acompanhem direta ou indiretamente, a variação das taxas de juros diárias praticadas no mercado de certificado de depósito interbancário (CDI) ou a média da taxa básica diária de juros de mercado (SELIC), com liquidez e para títulos e certificados emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. **2.2.1. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão cientes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos embutidos nas operações d consolidada da Companhia. **Ativos e passivos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ativos financeiros		Nota	Mensuração	2023	2022
Banco conta corrente	5	Custo amortizado	4.464	13.262	
Aplicações financeiras	5	Custo amortizado	79.418	97.786	
Contas a receber, líquidas	6	Custo amortizado	663.261	880.515	
Total dos ativos financeiros			747.143	1.391.186	
Passivos financeiros		Nota	Mensuração	2023	2022
Fornecedores	10	Custo Amortizado	10.847	18.040	
Debêntures	12	Custo Amortizado	90.676	127.056	
Outro Contas a Pagar	11	Custo amortizado	355	9.621	
Total dos passivos financeiros			101.878	154.717	

2.2.1. Gerenciamento de riscos: A gestão da Companhia segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **2.2.1.1 Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando negociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **2.2.1.2 Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente ao contrato de fornecimento de energia, o qual tem suas parcelas corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M e às aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **2.2.1.3. Sensibilidade à taxa de juros:** O grupo efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros, mantidos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a taxa IGP-M será de 4,07% e a taxa Selic será de 9,00%. Essa estimativa é baseada no relatório Focus no Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. A análise efetuada pela

Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros, após o efeito advindo de uma baixa na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários, com efeitos de 25% e 50%, são demonstrados a seguir os aumentos em R\$ mil:

Operação	Juros	Componente	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Arrendamento (ativo)	IGP-M	-	4,07%	3,05%	2,04%
Aplicação financeira	Selic	CDI	9,00%	6,75%	4,50%
Debentures	Selic	CDI	9,00%	6,75%	4,50%

Operação	Taxa	Ativo	Passivo	Exposição líquida	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2	
Arrendamento (ativo)	IGP-M	-	383.125	-	383.125	15.943	11.685	7.815
Aplicação financeira	Selic	CDI	79.418	-	79.418	7.147	5.361	3.574
Debentures	Selic	CDI	-	90.676	90.676	8.161	6.121	4.080

(*) A análise de sensibilidade é baseada nas projeções das taxas conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 02 de janeiro de 2024. A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, relacionados a conta corrente bancária e ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais conta a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análises e orientações corporativas de sua controladora Breitener Energética e com instituições financeiras brasileiras. **2.2.1.3 Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descascamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **2.2.2 Seguros:** Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou contrato de seguro de riscos operacionais com a Starr International Brasil Seguradora S.A. tendo suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, como sua cosssegurada, onde ficou estabelecida a garantia de indenização e ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, desde que ocorram em território nacional e durante o período de vigência da apólice, até o valor fixado na apólice. O período de vigência do seguro é compreendido entre 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024, com limite máximo de garantia até o valor de R\$ 200.000. O prêmio do seguro é de R\$ 2.770, além de IOF de R\$ 204, dos quais serão pagos nos primeiros meses de 2024, através das suas controladas. Em 09 de novembro de 2023, a controladora Energética celebrou um novo contrato de seguro de responsabilidade civil para as controladas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e as coligadas Breitener Holding e Ceiba Desenvolvimento, com a Ava Seguros S.A. O prêmio do contrato é de R\$ 132, a ser quitado em 2 parcelas iguais de R\$ 66, com vencimento em janeiro e março de 2024 no dia 15 e será pago através das controladas Tambaqui e Jaraqui. O limite máximo da garantia da apólice é de R\$ 50.000. Em 09 de novembro de 2023, a Breitener Energética celebrou um novo contrato de seguro D&O para as controladas Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui e as coligadas Breitener Holding, Portocem Geração de Energia e Ceiba Desenvolvimento, com a Zurich Seguros. O prêmio do contrato é de R\$ 41 com vencimento para janeiro e fevereiro de 2024. O limite máximo da apólice é de R\$ 15.000. O contrato garante indenizações ou reembolsos ao segurado, até o limite máximo da importância segurada, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, durante a vigência da apólice, em todos os locais estabelecidos pelo segurado. O período de vigência do contrato é de 09 de novembro de 2023 até 09 de novembro de 2024. **2.2.4 Aplicações financeiras:** É de responsabilidade da área financeira da companhia planejar a gestão do caixa de curto e longo prazo, otimizar os recursos financeiros visando maior ganho e menor risco. É necessário o acompanhamento regular dos indicadores de mercado para que seja sugerida a melhor estratégia de aplicação dos recursos. As aplicações devem ser realizadas com a liquidez necessária para honrar os pagamentos previstos pelo fluxo de caixa. Devem ser permitidas somente aplicações financeiras em Renda Fixa, priorizando títulos públicos federais que acompanhem direta ou indiretamente, a variação das taxas de juros diárias praticadas no mercado de certificado de depósito interbancário (CDI) ou a média da taxa básica diária de juros de mercado (SELIC), com liquidez e para títulos e certificados emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

Ramon Andres Lafee Espinoza
 Conselho

Paulo Alexandre Macedo de Almeida
 Diretor Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Javier Antonio Marrero Castells
 Conselho

DIRETORIA EXECUTIVA
Mário Humberto de Souza Lopes
 Diretor Administrativo

CONTADOR
Romualdo de Freitas
 CRC-AM 016541/O-AM

Emilio Alberto Vicens
 Conselho

Paula Barcellos Loureiro
 Diretora Jurídica

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Acionistas

Breitener Energética S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Breitener Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Breitener Energética S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Energética S.A. e da Breitener Energética S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Arrendamento (Notas 1, 4.5, 6) A Companhia possui contrato de fornecimento de energia com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("AmE-GT") que contém um arrendamento financeiro, no qual a Companhia atua como arrendadora de uma usina termoelétrica. A Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina de energia. O contrato prevê, ao ser término, a transferência de propriedade ou controle do ativo ao arrendatário, sendo os bens revertidos para a AmE-GT. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo referente ao contas a receber de arrendamento é de R\$ 383.125 mil. Em razão dos julgamentos exercidos na mensuração da contraprestação dos valores de arrendamento, bem como o ajuste a valor presente destas contraprestações referente ao contrato de arrendamento, que podem impactar o valor das receitas de arrendamento e contas a receber, o tema foi considerado como o principal assunto de auditoria	Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamentos. Também efetuamos leitura do contrato de fornecimento de energia, que contém o arrendamento financeiro, e recalculamos a taxa de desconto a valor presente, bem como avaliamos a classificação como arrendamento financeiro face a transferência do ativo ao cliente. Verificamos o efetivo recebimento das parcelas do contrato durante o exercício. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas na determinação do valor dos arrendamentos a receber e sua apresentação nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito de outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
 CRC 25P000160/F-5
Patrício Marques Roche
 Contador CRC 1R081115/O-4

